

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIELA LOPES GOULART

ESTADO, SOBERANIA E OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

GOIÂNIA

2021

GABRIELA LOPES GOULART

ESTADO, SOBERANIA E OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2021

GOULART, Gabriela Lopes. 2021.

Estado, Soberania e os Curdos na Guerra Civil da Síria/ Gabriela Lopes
Goulart. – Goiânia, 2021.
Total de folhas: 69 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação,
Goiânia, 2021.

1. Síria. 2. curdos. 3. Estado. 4. soberania. I. Pontifícia Universidade Católica
de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIELA LOPES GOULART

ESTADO, SOBERANIA E OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon

Prof. Me. Issam Rabih Menem

Prof. Esp. Marcelo Silveira Mariano Nunes

RESUMO

O objetivo desta monografia é, a partir do debate sobre o conceito de Estado e soberania e o caso da Síria, compreender o impacto da rebelião curda no contexto da guerra civil no país (2011-). Será desenvolvido um estudo de caso que tem como ótica conceitos fundamentais das Relações Internacionais: a soberania, o Estado e a autonomia. A apresentação dos conceitos que nortearão o trabalho será seguida de uma contextualização histórica do movimento nacionalista curdo no Oriente Médio, com foco no desenvolvimento dos grupos autônomos em regiões ao norte da Síria e, posteriormente, as políticas adotadas por Bashar al-Assad diante da “questão curda”. Com isso, será possível o entendimento dos impactos provenientes da rebelião e da autonomia curda em parte da Síria à soberania do Estado sírio, especialmente nas circunstâncias da guerra civil que se arrasta desde 2011. As disputas travadas entre governo e a oposição de forças rebeldes, inflamadas pelo sectarismo religioso, formam o contexto da guerra em voga, realidade de onde os curdos, em busca da sobrevivência em um meio hostil, conquistaram o controle da região de Rojava. As dificuldades impostas na construção do Estado-nação da Síria são percebidas tanto por sua estrutura profundamente frágil decorrente dos sucessivos conflitos por protagonismo na cena política e golpes militares, quanto pelo processo artificial de homogeneização da população que reside nos territórios sírios sobre a bandeira do arabismo e da ideologia Baath de homogeneização etnolinguística.

Palavras-chave: Síria; curdos; Estado; soberania.

ABSTRACT

The objective of this monograph is, from the debate on the concept of State and sovereignty and the case of Syria, to understand the impact of the Kurdish rebellion in the context of the civil war in the country (2011-). A case study will be developed that has as its perspective fundamental concepts of International Relations: sovereignty, the State and the autonomy. The presentation of the concepts that will guide the work will be followed by a historical contextualization of the Kurdish nationalist movement in the Middle East, focusing on the development of autonomous groups in regions north of Syria and, later, the policies adopted by Bashar al-Assad in the face of “Kurdish question”. With this, it will be possible to understand the acts arising from the rebellion and Kurdish autonomy in part of Syria to the sovereignty of the syrian State, especially in the circumstances of the civil war that has dragged on since 2011. through religious sectarianism, they form the context of the war in vogue, reality where the Kurds, seeking priority in a hostile environment, gained control of the Rojava region. The difficulties imposed in the construction of the Syrian nation-state are perceived both by its deeply fragile structure resulting from successive conflicts for protagonism in the political scene and military coups, as by the artificial process of homogenization of the population that resides in Syrian territories under the banner of Arabism and the Baath ideology of ethnolinguistic homogenization.

Keywords: Syria; Kurds; state; sovereignty.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQI - Al-Qaeda no Iraque

CIA - Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EI - Estado Islâmico

FSA - Exército Sírio Livre

ISIS - Estado Islâmico da Síria e do Iraque

JN - Frente al-Nusra

KDP - Partido Democrático do Curdistão

KDPS - Partido Democrático do Curdistão da Síria

KNC - Conselho Nacional Curdo

KRG - Governo Regional do Curdistão Iraquiano

PCWK - Conselho do Povo do Curdistão Ocidental

PIB - Produto Interno Bruto

PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão

PYD - Partido da União Democrática

RAU - República Árabe Unida

SDF - Forças Democráticas da Síria

SNC - Conselho Nacional Sírio

SOC - Coalizão Nacional para as Forças Revolucionárias e Opositivas Sírias

TCK - Movimento Juvenil Curdo na Síria

YPG - Unidades de Proteção Popular

YPJ - Unidade de Proteção das Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 O ESTADO SOBERANO EM SUA CONCEPÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NO ORIENTE MÉDIO	11
1.1 OS CONCEITOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.1.1 Estado.....	12
1.1.2 Soberania.....	17
1.2 A HISTÓRIA DOS CURDOS NO SÉCULO XX: UM POVO DIVIDIDO EM QUATRO ESTADOS	21
1.2.1 Os curdos na era da formação dos Estados no Oriente Médio	24
2 OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA	29
2.1 OS CURDOS NA SÍRIA ATÉ 2001.....	30
2.1.1 A formação do Estado sírio: turbulências e golpes	30
2.1.2 Os curdos sob o governo sírio	34
2.2 AS RELAÇÕES DOS CURDOS COM O GOVERNO DE BASHAR AL-ASSAD	39
2.3 A GUERRA CIVIL NA SÍRIA	42
2.3.1 A Primavera Árabe e o início da Guerra Civil na Síria	42
2.3.2 O papel das grandes potências na Guerra Civil da Síria	45
2.3.3 A conquista da autonomia de Rojava	49
2.3.4 A ameaça do Estado Islâmico da Síria e do Iraque (Daesh) a autonomia curda	52
2.4 O PAPEL DOS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA	58
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O povo curdo, um importante componente étnico do Oriente Médio, encontra-se dividido atualmente em quatro Estados: Iraque, Irã, Turquia e Síria. A região historicamente ocupada por esse povo foi dividida após a dissolução do Império Otomano e a formação de estados nacionais no Oriente Médio em meados do século XX. À deriva no contexto da formação dos Estados nacionais na região, os curdos tiveram seus movimentos nacionais sufocados pela retórica da construção do Estado-nação, baseada principalmente na centralização do poder e, no caso dos países árabes, o movimento do pan-arabismo.

Com uma longa trajetória de luta por autonomia administrativa e até mesmo pelo direito à cidadania, na alvorada do século XXI os curdos reviveram a chance de fortalecerem seu movimento, como observado na conquista da autonomia da região curda na Síria conhecida como Rojava. Com isso, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o impacto da rebelião curda no contexto da guerra civil da Síria (2011-) a partir do debate teórico-conceitual sobre soberania e Estado. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica, e será desenvolvido um estudo de caso que tem como ótica conceitos fundamentais das Relações Internacionais: a soberania e Estado. Com isso, será possível o entendimento dos impactos provenientes da rebelião e da autonomia curda em parte da Síria à soberania do Estado sírio, especialmente nas circunstâncias da guerra civil que se arrasta desde 2011. As disputas travadas entre governo e a oposição de forças rebeldes, inflamadas pelo sectarismo religioso, formam o contexto da guerra em voga, realidade de onde os curdos, em busca da sobrevivência em um meio hostil, conquistaram o controle da região de Rojava.

O trabalho será desenvolvido a partir de uma apreciação teórico-conceitual crítica dos conceitos de Estado e soberania, que são fundamentais para a realização do trabalho, além de temas incessantemente estudados e conceitualizados pelas Relações Internacionais. Aqui será importante a contraposição da abordagem tradicional do conceito de Estado e soberania desenvolvidos no âmbito europeu, que considera os aspectos etnolinguísticos fundamentais para a coesão de um Estado, e a abordagem crítica, cujo desenvolvimento depende da construção do sentimento de pertencimento que forma cidadãos conectados com o território que residem, como argumentado por Guilherme Ramos (2019). A abordagem crítica é fundamental já que a existência de Estados multiétnicos ou multinacionais são a maioria no sistema de Estados moderno, e uma abordagem centrada apenas nos elementos étnicos e linguístico comum quase sempre gera conflitos crônicos dentro das fronteiras nacionais.

Para tanto, será importante uma breve contextualização histórica da formação do Estado, onde as considerações de Adam Watson (2004) serão centrais, e o desenvolvimento do conceito de soberania e sua suposta concepção nos Tratados de Vestfália, a partir da qual utiliza-se a leitura de Lucian Ashworth (2014) com uma abordagem crítica. Outros autores importantes para o esclarecimento dos pilares da formação dos Estados modernos são Thales Castro (2012) e Archie Simpson (2008). O desenvolvimento do que hoje é entendido por soberania será debatido a partir de considerações de Andreas Osiander (2001) e Luke Glanville (2013) referente ao mito de Vestfália e da soberania tradicional e o desenvolvimento do conceito ao longo dos séculos. A conceitualização da soberania será apresentada, principalmente, baseando-se nas premissas de Stephen Krasner (2001) sobre os quatro tipos de soberania do Estado e a importante definição de Hans J. Morgenthau (2003).

No primeiro capítulo será apresentado o arcabouço teórico que sustentará a pesquisa e também a contextualização da formação dos quatro Estados que abrigam o povo curdo na era da formação dos Estados no Oriente Médio. Acerca da formação das atuais fronteiras da Turquia, Irã, Síria e Iraque sobre a região historicamente ocupada pelos curdos, bem como a luta curda por direitos, uma das principais contribuições bibliográficas é a obra de David McDowall (2021), *“A Modern History of the Kurds”*, também recorrente no segundo capítulo. O período de dissolução do antigo Império Otomano e a delimitação das fronteiras dos atuais estados turco e árabe contará com o texto de Latif Tas (2014), a obra Mehran Kamrava (2005) *“The Modern Middle East: a political history since the First World War”*. No que se refere aos curdos entrepostos nos novos arranjos nacionais, David Romano (2006) e Eli Amarilyo (2014) trarão uma contribuição central para o quadro da formação dos primeiros movimentos curdos e seus resultados pelos “quatro cantos” do Curdistão.

O segundo capítulo discorrerá acerca dos movimentos curdo na Síria, e será discutido inicialmente suas peculiaridades e o tratamento do Estado para com essas populações. Primeiro será apresentada a evolução das organizações curdas no contexto da consolidação do Estado sírio e como este lidou com a “questão curda” enquanto fortalecia seu aparato estatal ao longo do século XX, que será sustentado pelos texto de C. E. Dawn (2004) e pela obra *“Middle East politics and international relations: crisis zone”* de Shahram Akbarzadeh e Kylie Baxter (2018), muito importante para o desenvolvimento do capítulo no que concerne o entendimento de um contexto mais geral das dinâmicas no Oriente Médio a exemplo da própria guerra civil síria. O livro de Thomas Schmidinger (2008), *“Rojava Revolution, War and the Future of Syria´s Kurds”* será central para a compreensão dos movimentos curdos desde a posse de Bashar Al-Assad até a tomada do controle na região de Rojava.

A conquista da região foi possibilitada pelo enfraquecimento das forças de Assad diante das ameaças a seu governo, como as influências externas das potências sunitas que formam o “Eixo sunita” composto pela Turquia, Arábia Saudita e Catar, e as organizações fundamentalistas Al-Qaeda e Estado Islâmico. O caráter sectário da disputa e a influência de potências estrangeiras no conflito será explorado pelos já citados Akbarzadeh Baxter (2018) e McDowall (2021) e ainda pelos textos de VP Haran (2016) e Rafat Ahmed Ghotme, Ingrid Viviana Garzón e Paola Andrea Cifuentes Ortiz (2015). A subsequente conquista de Rojava após a retirada das forças de Assad da região será examinada sobretudo a partir do documento “*Canton Based Democratic Autonomy of Rojava*” publicado no Congresso Nacional Curdo (KNK) de 2014, complementado pela descrição dos fatos por Akbarzadeh e Baxter (2018), e as análises de Schmidinger (2008) e Wladimir van Wilgenburg (2016).

Vale destacar que Rojava também é conhecida pelo termo Curdistão Ocidental, e é atualmente composta por três cantões, Cizîrê, Efrin e Kobane, que se encontram a sudoeste do chamado Curdistão. Os cantões permaneceram desligados uns dos outros pelo controle militar do Estado Islâmico (Daesh) entre 2013 e 2015, quando as forças curdas compostas pelas Unidades de Proteção Popular (*Yekîneyên Parastina Gel*, YPG) e Unidades de Proteção à Mulher (*Yekîneyên Parastina Jin*, YPJ) e seus aliados conseguiram expulsar os jihadistas¹ dos territórios entre os cantões (SCHMIDINGER, 2008).

Por fim, será exposta uma apreciação crítica da tomada de Rojava e a declaração da autonomia democrática na região com base no arcabouço teórico discutido no primeiro capítulo, ou seja, como essa revolução impacta a estrutura do Estado e sua soberania. A construção da Síria foi pautada por um processo de arabização dos povos não árabes que viviam no território sírio através da assimilação cultural e a negação da cidadania aos curdos. Esse violento processo gerou feridas na população curda que respondeu fortalecendo seus movimentos partidários e a reivindicação por direitos. Conclui-se a partir disso que o empoderamento curdo na região é capaz de gerar um enorme impacto no sistema doméstico sírio, mostrando-se uma enorme ameaça à Síria fragilizada pela guerra civil e a debandada de grande parte de suas forças de segurança.

¹ O termo é derivado da palavra “jihad” que em árabe significa “esforço” ou “luta”. O termo jihadista é amplamente utilizado para se referir a muçulmanos sunitas fundamentalistas que utilizam da violência (terrorismo) para eliminar quaisquer obstáculos que impeçam a implementação da lei islâmica da *sharia*, e também como forma de defender a comunidade muçulmana (em árabe, *umma*) dos infiéis (O QUE, 2014).

1 O ESTADO SOBERANO EM SUA CONCEPÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NO ORIENTE MÉDIO

A centralidade do Estado nas Relações Internacionais é indiscutível. As narrativas tradicionais indicam a centralidade deste ator a partir do Tratado de Vestfália de 1648, um marco eleito pela área para a inauguração dos conceitos de Estado-nação. Hoje o Estado é a principal unidade do sistema internacional e possui autonomia para decidir os rumos de sua política interna e externa, pelo menos em tese, já que a realidade pode ser bem distinta.

O presente capítulo apresentará os conceitos que guiarão a análise da ameaça curda ao Estado e a Soberania da Síria. O capítulo estará dividido em duas seções principais, a primeira responsável por expor um debate conceitual dos termos Estado e soberania com base em textos da área de Relações Internacionais e Ciências Sociais e Políticas.

Na segunda metade, será retratado um contexto geral do grupo etnolinguístico curdo no Oriente Médio, bem como suas lutas por reconhecimento, cidadania e em alguns momentos a construção de um Estado - já que se trata de um grupo heterogêneo em suas aspirações – ao longo do século XX e da formação dos Estados modernos na região. A contextualização da interposição do povo curdo em meio à consolidação dos Estados será fundamental para o entendimento dos movimentos por autonomia e cidadania na Síria atual, bem como a reivindicação de uma autonomia democrática no Curdistão sírio no contexto da guerra civil no país.

1.1 OS CONCEITOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Ricardo Seitenfus (2013, p. 2), as relações internacionais podem ser definidas como “conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados”. Por grupo socialmente organizado entendemos os Estados, as organizações internacionais, ou grupos politicamente organizados. O fenômeno do contato entre Estados e os efeitos que esses contatos podem fornecer nas decisões de outros, fazendo-os se comportarem como parte de um todo, é conhecido como sistema internacional. Já as relações intencionais entre estados que tem como base o compartilhamento de interesses e valores comuns limitados por regras acordadas previamente, é conhecido como sociedade internacional. Ambos os conceitos podem ser considerados o objeto de estudo da disciplina de Relações Internacionais, a depender de qual abordagem teórica é assumida (WOODS, 1999).

A partir disso é possível afirmar que o Estado é um objeto de análise central, principalmente no âmbito das teorias realistas, que se voltam para o que fazem os Estados no

cenário mundial e como o seu comportamento afeta a comunidade de Estados no geral (LAKE, 2008). Apesar da interação entre os Estados ser fundamental nos estudos de relações internacionais, as dinâmicas domésticas também são importantes para a compreensão das condutas para além das fronteiras (SEITENFUS, 2013).

O modelo de Estado soberano forjado a partir da chamada Paz de Vestfália, que será discutido na primeira parte deste capítulo, é um pressuposto fundamental para muitas teorias das Relações Internacionais. Tanto as teorias realista e neorrealista, quanto o institucionalismo neoliberal, a Escola Inglesa e o construtivismo, partem da suposição que os Estados modernos podem ser compreendidos enquanto atores unitários e racionais que se movem com o objetivo de manter sua sobrevivência em um ambiente anárquico (KRASNER, 2001). Essas perspectivas são importantes para gerar hipóteses sobre as forças presentes nas relações internacionais. Na contemporaneidade há quatro critérios definidos pelo Direito Internacional para a condição de existência de um Estado, e são eles: a população permanente, o território, um governo e a capacidade de relacionar-se com outros Estados (SIMPSON, 2008). Acerca da constituição do Estado, Castro (2012, p. 107) destaca que “o Estado é a materialização organizada – fruto de um processo histórico – da vida social e das aspirações humanas com um grau elevado de institucionalismo e reconhecimento internacional.”

A sociedade internacional moderna é formada por unidades territoriais autônomas, e muito do entendimento do que se passa nela depende da elucidação de conceitos como o Estado, a autonomia, o território, a soberania, o sistema internacional, entre outros. Para o presente trabalho, onde objetivamos o entendimento dos impactos provenientes da rebelião curda (um dos grupos étnicos que compõem a Síria) na soberania do país levantino, é preciso elucidar o conceito de Estado soberano e suas atribuições. O surgimento e a evolução desses conceitos são de suma importância para assimilar os contornos que tomaram na contemporaneidade.

1.1.1 O Estado

O Estado compõe a autoridade máxima tanto a nível doméstico quanto a nível internacional (SIMPSON, 2008). Consequentemente, constitui o principal objeto de estudo nas disciplinas de Ciência Política e Relações Internacionais, e grande parcela do conhecimento forjado nesses campos de estudos preocupa-se, entre outras questões, com a compreensão de fenômenos que ocorrem nas relações interestatais na teia do sistema internacional atual.

Para Demétrio Magnoli (2004), o Estado foi inventado pela Europa pós medieval sob a forma das monarquias absolutistas, que foram responsáveis por unificar o poder político e gerar

corpos estáveis de funcionamento. Esse processo foi alavancado principalmente pelo renascimento europeu em meados do século XV. Para a melhor compreensão desse processo, é importante conhecer a Europa do final da Idade Média.

Precedentemente, o continente europeu era unido pelo Sacro Império Romano, que compreendia as regiões da Itália e da Europa Central. A cristandade² regia as normas e as leis, e o sentimento de pertencimento a determinada região não se sobrepunha ao sentimento comum de compor o Sacro Império (WATSON, 2004). O poder era fragmentado em domínios feudais e os reis não reinavam absolutamente, como posteriormente se sucedeu.

Nos últimos séculos da Idade Média, a metade ocidental da cristandade era dominada pela civilização ligada à língua francesa, também presente na Inglaterra, que defendia reformas na Igreja e era formada por reinos pouco centralizados. O poder era irrigado às províncias e àqueles que detinham privilégios feudais. A metade oriental era composta pela Alemanha e a Itália, onde prevalecia a dualidade dos poderes do império e do papado, que eram rivais. Nesse contexto, a Igreja Católica buscava constantemente reafirmar-se contra o poder dos imperadores, através de concessões que se cristalizavam nos *Statos*³ territoriais. Gradativamente, os reis franceses conquistaram mais poder, e muitas cidades na parte oriental da cristandade começaram a delimitar territorialmente os domínios de suas cidades-estado (WATSON, 2004).

Esse processo foi impulsionado pelo renascimento italiano, que promoveu a delimitação territorial e consolidou o poder dos príncipes, além do desenvolvimento de uma nova forma de diplomacia, onde um agente que residia permanentemente em território estrangeiro era responsável por levar informações importantes a cidade-estado. Como afirma Watson (2004, p. 223):

A contribuição da Itália do Renascimento foi desenvolver novas técnicas de aquisição e consolidação de poder real, dentro de uma área territorial e estendendo-se para além dela. O poder nu que um governante italiano controlava era chamado um *stato*. A palavra então significava um estado ou uma situação, no sentido em que usamos o termo *status quo*. Depois de várias transformações tornou-se nossa palavra “Estado”, no sentido de uma autoridade governamental ou da forma política de uma nação.

² Esse termo refere-se aos cristãos latinos, deixando de fora o Império Bizantino de idioma grego (WATSON, 2004).

³ O termo *stato* (Estado, no português), surge pela primeira vez na literatura ocidental na obra O Príncipe, de Maquiavel: “Todos os Estados, todos os governos que tiverem e têm autoridade sobre os homens são Estados e são ou repúblicas ou principados.” (MAQUIAVEL, apud CASTRO, 2012, p. 102).

A evolução do sistema de Estados europeus deve-se profundamente ao Renascimento, que passou a transbordar ao resto da Europa, e que ao resgatar os valores greco-romanos e a racionalidade, levou o continente a novas formas de organizações centralizadoras e independentes. Os reis ocidentais que compreenderam o movimento italiano, e que tinham legitimidade, passaram a reivindicar soberania sobre seus domínios e gradualmente transformaram sua suserania em um *Stato* territorial (WATSON, 2004). O Estado que emerge nesse contexto é essencialmente absolutista e centralizador; todo o poder estava concentrado na figura do monarca e seu reino nada mais é que seu domínio, não havendo inicialmente qualquer distinção entre o público e o privado, ou a existência de direito público ou soberania popular (MAGNOLI, 2004).

A revolução na forma de organização política dos territórios ocorreu paralelamente aos conflitos ideológicos da Reforma, que desencadeou diversas guerras e perseguições. As guerras religiosas que inflamaram a Europa impulsionaram o processo já em voga; a derrocada da cristandade medieval reforçou o poder daqueles que reivindicavam soberania territorial, mesmo que as guerras civis e o descontentamento de súditos apresentassem uma ameaça ao processo de formação dos Estados (WATSON, 2004). Nesse contexto, a fim de garantir sua autopreservação, o Estado tinha a justificativa moral da manutenção da ordem e da sua existência, estando isento dos deveres morais que recaiam sobre os cidadãos, o que justificou muitas das perseguições e carnificina cometidas pelos Estados no contexto da Reforma (ASHWORTH, 2014). Ademais, as migrações de dissidentes religiosos pela Europa aumentaram a lealdade aos príncipes e impulsionaram a sua legitimidade - algo importante para a constituição de um Estado - já que até mesmo os católicos acreditavam que os domínios ou *Statos* deveriam abrigar apenas uma religião.

As intensas disputas ideológicas motivaram a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que terminou graças a uma série de acordos comumente referenciados pelos estudiosos das Relações Internacionais como a Paz de Vestfália (1648). De acordo com Lucian Ashworth (2014), apesar de ser amplamente reconhecido como um marco na formação dos Estados modernos, os acordos de Vestfália não fundam o Estado, como afirmam de forma simplificada muitos internacionalistas. Esse processo se deu de forma gradual, a começar pelas transformações políticas que irradiaram pela Europa no final do século XIV, e continuou a sofrer diversas mudanças em sua forma e a influenciar a constituição dos Estados existentes até hoje.

Andreas Osiander (2001) argumenta que os tratados de Vestfália não tinham o objetivo de definir a soberania e não menciona qualquer princípio de não intervenção, pois tratavam de aspectos práticos que diziam respeito a questões travadas entre o Sacro Império Romano e a

França e Suécia. Os pacifistas tinham o objetivo de pôr fim aos conflitos da cristandade. Nesse contexto, os principados alemães aperfeiçoaram seu sistema alternativo de relações mútuas e formavam uma unidade política autônoma que não se baseava no conceito de soberania comumente citado por alguns estudiosos.

Em suma, o desenvolvimento do Estado soberano foi um processo longo que se desenrolou pelos quatro séculos seguintes (e que ainda perdura). As profundas transformações ocorridas na Europa pós-medieval diziam respeito principalmente às mudanças na natureza e no exercício da autoridade política. Novas formas de controle centralizador desenvolveram-se e influenciaram o Estado contemporâneo, como a arrecadação de tributos em todo o território; a regularização dos militares; o desenvolvimento de tecnologias nas fortificações, nas artes da guerra e na navegação; o aprimoramento da diplomacia de Estado; o desenvolvimento de uma economia monetária – e, como consequência, mudanças nas estruturas de classes, que passaram de estruturas verticais do feudalismo ao sistema de classes; e por fim, a consolidação da soberania como um atributo do Estado (ASHWORTH, 2014).

Para que isso fosse possível, o Estado “possuiu as capacidades para fazer com que outros se submetam à sua vontade, realizando ou deixando de realizar as suas ações de uma maneira que o fariam normalmente.” (RAMOS, 2019, p. 18). O poder do Estado se traduz nas Forças de Segurança e Forças Armadas, e também em formas mais implícitas, como a cobrança de impostos e imposição das leis que não seriam possíveis sem o monopólio do uso da força previsto por Max Weber. O sociólogo traz a importante afirmação de que o Estado pode ser definido enquanto uma comunidade humana que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência dentro de um território. Isso porque o Estado é uma comunidade criada e pautada por uma ordem jurídica nacional que exerce soberania sobre o território, cujo ordenamento não é compartilhado com nenhum elemento externo, sendo outro Estado ou grupo político (CASTRO, 2012). A soberania interna é legitimada a partir do reconhecimento das instituições políticas pelos cidadãos, e essa ideia depende de questões como o nacionalismo, a autodeterminação e a soberania popular dentro do Estado (SIMPSON, 2008).

O nacionalismo é um passo fundamental no desenvolvimento do Estado e está relacionado à identidade política e ao sentimento de pertencimento. A ideia de nação, que se desenvolveu mais precisamente no final do século XVIII (ELDEN, 2014), está atrelada a crescente presença do Estado e a incorporação de suas competências, que foram sendo agregadas ao longo da história moderna e do desenvolvimento do conceito. Esse fenômeno ganhou força principalmente graças a evolução da imprensa, ao fenômeno da industrialização

e da urbanização e as revoluções, como a Revolução Francesa e a Independência Americana (SIMPSON, 2008).

A língua, a religião e a etnia são comumente tratadas como aspectos fundamentais na coesão do Estado. Entretanto, como diversos exemplos mostram, a existência de Estados multinacionais ou multiétnicos é predominante no sistema internacional moderno. A forma como esses Estados lida com a pluralidade pode variar. O padrão de Estado-nação europeu, que serviu como “modelo” para a consolidação dos Estados que os sucederam, formou uma identidade nacional como a francesa, a inglesa e a alemã, por exemplo, onde a língua vernácula exerceu um fator determinante. No caso específico dos Estados que se formaram no Oriente Médio sob a bandeira do pan-arabismo, houve a afirmação do mito de uma passado comum com o intuito de aproximar e reunir sob uma única bandeira um povo de identidade étnica e linguística comum (RAMOS, 2019).

Com base nisso, nota-se importante o desenvolvimento de uma nacionalidade, mas essa não depende necessariamente de uma etnia, religião ou língua comum, e sim do desenvolvimento de um sentimento de pertencimento onde cidadãos possam se conectar com o território, e isso decorre de um processo histórico. Esse pertencimento é o que dá legitimidade ao Estado frente seus cidadãos (RAMOS, 2019).

É importante destacar que o Estado é um padrão Ocidental que carrega valores provenientes de sua estrutura de origem europeia. Ainda assim, cada Estado é a representação de suas estruturas históricas e da influência de forças políticas que incidem sobre o território que definem suas particularidades. No caso da formação dos atuais Estados no Oriente Médio, após um período de mandato britânico e francês na região que termina no final da Segunda Guerra Mundial, alcançaram a independência em Estados num período marcado pela difusão do desejo pela autonomia, um processo fortemente influenciado pela retórica anticolonial do – agora hegemônico - Estados Unidos (RAMOS, 2019).

Portanto, o estabelecimento de um Estado pode ser compreendido enquanto um fenômeno que nasce e se desenvolve ao longo da idade moderna e que é respaldado nos campos político, jurídico e diplomático (CASTRO, 2012). Há quatro critérios definidos pelo Direito Internacional para a condição de existência de um Estado, e são elas: a população permanente, o território, um governo e a capacidade de relacionar-se com outros Estados (SIMPSON, 2008). Apesar das características definidoras e essenciais, o Estado ainda contém diferenças significativas em suas construções e que podem impactar na sua eficiência em gerir os territórios e as populações. O seu maior entendimento passa pela conceituação de soberania, característica primordial da existência de qualquer Estado.

1.1.2 A Soberania

É quase senso comum dentro das Relações Internacionais a crença de que os princípios da autonomia⁴ e da não-intervenção nasceram com a Paz de Vestefália e permaneceram praticamente imutáveis ao longo da história (GLANVILLE, 2013). No entanto, ao analisarmos o desenvolvimento do conceito de soberania, é possível notar que este não avançou imediatamente após a assinatura dos tratados. Alguns ideais surgiram posteriormente, como por exemplo a ideia desenvolvida por Emmerich de Vattel no final do século XVIII de que os Estados são autônomos e livres de intervenções de atores externos (KRASNER, 2001), e que a soberania é o direito mais importante de um Estado, e que estes são obrigados a respeitar a liberdade e independência dos outros Estados, mesmo que suas ações sejam condenáveis (GLANVILLE, 2013). Apesar disso, os Estados eram livres para decidirem se tinham motivos ou não para iniciarem uma guerra, e tinham o direito de invadirem outros Estados sob o pretexto de resgatar os oprimidos, seja por guerras civis ou religiosas (GLANVILLE, 2013). Os soberanos tinham o direito de intervir em outros Estados para defender a lei.

Após os Tratados de Vestfália de 1648, os principados alemães, ao contrário do que a ampla maioria dos autores internacionalistas discutem, não ganharam características de Estado como o concebemos hoje: eles ainda tinham obrigações formais para com o Império. Ainda que o imperador exercesse jurisdição direta apenas em suas terras dinásticas, este mantinha um papel central na política do Império pós-1648, já que as atribuições do imperador não foram modificadas pelos tratados, permanecendo a mesma formalmente (OSIANDER, 2001). No entanto, o regime permitia que os príncipes e as cidades livres tivessem o direito à jurisdição ou soberania territorial, e o império não podia impor nada perante arranjos constitucionais das cidades. Ou seja, subsistiu na Europa por mais alguns séculos uma grande entidade supranacional, ao contrário da visão atomizada de um sistema internacional anárquico com Estados soberanos defendido pelas teorias tradicionais clássicas.

Advogados internacionais foram delimitando o conceito da não-intervenção ao longo do século XIX, e este passou a constituir uma regra geral do Direito Internacional e um direito básico da soberania, apesar de conter exceções, como a autopreservação, o equilíbrio de poder e a intervenção humanitária (GLANVILLE, 2013). Nesse período, o conceito de soberania passa a ter um lugar no centro das discussões entre juristas. O desenvolvimento do Direito

⁴ Para Krasner (2001, p. 18), autonomia “means that no external actor enjoys authority within the borders of the state.”

Internacional se deu, entre outros aspectos, também graças ao avanço tecnológico que facilitava a administração central dentro de unidades territoriais, o que dá ao governante um poder sem precedentes (OSIANDER, 2001). Com isso, os Estados vão se consolidando enquanto centros fechados em termos econômicos, políticos e sociais. Nesse contexto, em que as nações se tornam completas em si mesmas, os estudiosos reescrevem a trajetória da soberania, dando ao conceito um papel mais grandioso no passado do que realmente o tinha (OSIANDER, 2001).

O ideal não intervencionista agregado à soberania só foi de fato firmado pela sociedade dos Estados pela primeira vez no século XX, e é possível observar na Conferência de Paz de Paris, após a Primeira Guerra Mundial, que a partir de então a guerra somente era considerada legítima depois de esgotadas as soluções pacíficas. Começou a consolidar-se, através de desenvolvimentos jurídicos e institucionais, a noção de que os Estados soberanos deveriam ser livres de interferências externas e não deveriam ser responsabilizados por ações que tomam em sua política doméstica (GLANVILLE, 2013).

O significado tido como tradicional de soberania que concebemos hoje foi firmado com a Carta das Nações Unidas (ONU) de 1945. A partir dela é possível afirmar que os Estados não têm o direito de intervir na política doméstica de outros Estados, e em casos de violação da paz, é competência do Conselho de Segurança (CSNU) a retomada da paz através de medidas coercitivas e de intervenções militares nos casos mais graves (GLANVILLE, 2013).

A proteção de minorias étnicas e religiosas e a ampla defesa dos direitos humanos é competência primordial dos Estados. A aplicação internacional da proteção das populações é claramente endossada no âmbito da sociedade internacional. As intervenções em contextos de violação dos Direitos Humanos, ainda que prevista, é dificilmente posta em prática⁵, e isso nos evidencia a consolidação dos preceitos da não intervenção na sociedade internacional, que se desenvolveu ao longo do século XX, e que constitui preceito fundamental dos Estados soberanos (GLANVILLE, 2013).

A contribuição da ONU para a definição de soberania moderna também pode ser vista na tentativa do Secretário-Geral na década de 1950, Dag Hammarskjöld, de criar uma assistência no ramo administrativo dos novos países que estavam emergindo dos antigos impérios europeus. Para o Secretário, a soberania do Estado está diretamente ligada à sua capacidade administrativa, e que deveria ser estabelecida sobre bases sólidas. Ele acreditava que os novos países careciam de conhecimento técnico e pessoal em matéria de administração

⁵ Isso ocorre, principalmente, pela recusa da Rússia e da China (membros permanentes no CSNU com poder de veto) em concordar com a aprovação de medidas que visem a intervenção militar a países acusados de infringir os Direitos Humanos (GLANVILLE, 2013).

pública (tida aqui como distinta da política, por se tratar de algo meramente técnico), e que esta não estava à altura do que o Estado moderno independente necessitava. Por mais que não tenha alcançado o resultado planejado, essa proposta foi de suma importância para se chegar à concepção de soberania existente hoje na comunidade de Estados (MUSCHIK, 2018).

Além da administração deficiente, a ineficácia no campo jurídico interno do Estado também pode deteriorar sua soberania. Para Jackson (apud GRIFFITHS; O'CALLAGHAN; ROACH, 2008, p. 300, tradução nossa) a soberania pode ser dividida em dois “níveis”, positivo e negativo: “Soberania negativa se refere ao direito legal de exigir que outros Estados se abstenham de interferir nos assuntos internos de um Estado. A soberania positiva se refere à capacidade do Estado de exercer controle efetivo na arena de sua jurisdição formal.”⁶ O autor ainda acredita que grande parte dos países do “terceiro mundo” alcançaram apenas a soberania negativa. Isso nos evidencia a importância do desenvolvimento de uma administração e uma jurisdição eficiente para o exercício da soberania no mundo contemporâneo.

Dito isso, enquanto pressuposto analítico, a soberania, ideia fundamentalmente relacionada com o conceito de Estado, é compreendida por Morgenthau (2003, p. 567/591) “como o poder supremo sobre um determinado território [...] [e] a suprema autoridade em matéria de legislar e fazer cumprir as leis”. O poder que detém a autoridade máxima é superior a qualquer outra força dentro do território, sendo, portanto, incontestável e indivisível (MORGENTHAU, 2003).

Morgenthau (2003) traça três conceitos que são ao mesmo tempo consequência e sinônimo de soberania: a independência, a igualdade e a unanimidade. A independência diz respeito à autoridade suprema, ou seja, a ausência da autoridade de qualquer grupo ou Estado sobre o outro; a igualdade, onde nenhum Estado está subordinado a outro, já que são iguais; e por último, a unanimidade, que decorrendo da segunda, estipula que os Estados também são iguais quanto a função legislativa, independente do seu poderio (MORGENTHAU, 2003). Essas características são inseparáveis a concepção de Estado.

Krasner (2001) por sua vez, aborda a soberania em quatro significados distintos: a soberania de interdependência, a soberania doméstica, a soberania Vatteliana e soberania jurídica internacional. Essas concepções estão intimamente ligadas. A primeira diz respeito à capacidade dos Estados de controlarem o que transcende sua fronteira, como as transações de bens, capitais pessoas, ideias etc. A soberania doméstica refere-se às estruturas internas dos

⁶ Do original: “Negative sovereignty refers to the legal right to demand that other states refrain from interfering in a state’s internal affairs. Positive sovereignty refers to the ability of the state to exercise effective control in the arena of its formal jurisdiction.”

Estados e sua capacidade de controlar todo o ordenamento estatal de forma eficaz, podendo organizar-se de diferentes formas, como monarquia, república, ou sistemas federais. Um aspecto importante desse significado de soberania é o reconhecimento da autoridade e o controle efetivo que ela de fato exerce. A perda de controle de quaisquer movimentos transfronteiriços pressupõe a perda de soberania interna, e nos leva a crer que o Estado que não foi capaz de conter as movimentações de fora não será eficiente em controlar as internas. A soberania Vatteliana advém da ideia introduzida por Emmerich de Vattel e refere-se à ausência de formas de autoridade externas. Por último, a soberania jurídica diz respeito ao reconhecimento mútuo e a igualdade entre as entidades juridicamente independentes no sistema internacional, que as permitem travar acordos (KRASNER, 2001).

Krasner (2001) ainda prevê que um Estado pode ter um tipo de soberania violado, enquanto outro permanece intacto, como por exemplo, nas situações em que um Estado é signatário de um acordo internacional – algo que violaria sua soberania Vatteliana – sem, no entanto, sofrer impacto na soberania doméstica e jurídica. Por fim, o autor ainda considera que pressupostos fundamentais da soberania, como a autonomia e territorialidade, podem ser violados através de convenções e contratos, onde o soberano renuncia a parte de sua soberania voluntariamente diante de normas na jurisdição internacional que o proporcionará benefícios, e através da coerção ou imposição, onde um dos lados sairá lesado, já que não há o consentimento mútuo (KRASNER, 2001).

Ainda sobre a soberania doméstica, o aspecto mais relevante para o presente trabalho, é sabido que os Estados soberanos detêm a autoridade máxima sobre seus territórios delimitados e seus habitantes, e independentemente do regime adotado, as populações são ordenadas pelas políticas previamente aprovadas por seus governos, que agem externamente em nome de seus cidadãos (LAKE, 2008). A soberania doméstica é fonte máxima de poder e autoridade e excede outras formas de autoridade que porventura possa existir dentro do Estado soberano, como distritos, federações, organizações sociais etc. É direito dos Estados fazer valer suas próprias instituições políticas, o que nos permite apontar os três poderes de um Estado (executivo, legislativo e judiciário) como os executores da soberania interna. Nesse sentido, o reconhecimento das instituições políticas pelos cidadãos é o que legitima a soberania interna de um território soberano (SIMPSON, 2008).

Portanto, a soberania, conceito pertencente aos Estados modernos, percorreu uma longa jornada através da história moderna do sistema internacional, e nem sempre teve o significado que abraça hoje, como muitas vezes é afirmado dentro do campo das Relações Internacionais. No passado, seus critérios abarcavam uma série de exceções que acreditavam ser de interesse

da humanidade e direito dos Estados, como o resgate dos oprimidos, o combate a violações contra os direitos humanos ou até a projeção de poder que adiantava medidas de contenção que visava o equilíbrio de poder. Como vimos, o século XX mudou muitas dessas considerações, e o direito à guerra já não era justificado como anteriormente o foi. Foram delegadas a ONU as responsabilidades quanto à preservação dos direitos humanos e à solução de controvérsias, além de formar um ambiente fértil ao diálogo e à solução de litígios. O entendimento do amplo conceito de soberania, em seus aspectos internos e externos, bem como as suas possíveis violações, é primordial para o entendimento de muitos fenômenos contemporâneos como o discutido no presente trabalho.

1.2 A HISTÓRIA DOS CURDOS NO SÉCULO XX: UM POVO DIVIDIDO EM QUATRO ESTADOS

Em meio à dissolução do Império Otomano, decorrente do fim da Primeira Guerra Mundial, e a formação de Estados nacionais no Oriente Médio, um expressivo grupo étnico parece seguir o caminho oposto de seus vizinhos turcos, persas e árabes. No contexto da formação dos Estados modernos, o povo curdo, em sua grande medida vivendo em regimes tribais e autossuficientes, não veem no novo modelo de ordenamento político algo que os contemple. Sob a região tradicionalmente ocupada por essas populações, foi desenhada a fronteira de quatro Estados: Iraque, Irã, Turquia e Síria. Desde então, a sua existência dentro desses Estados é repetidamente desafiada, seus movimentos sufocados e seus direitos negados.

Os curdos compõem a diversidade cultural no Oriente Médio há pelo menos dois milênios. Em boa parte de sua história, os curdos habitaram terras consideradas periféricas e a margem do poder político, sendo constantemente passíveis de invasão (MCDOWALL, 2021). Até o século XIX, tanto o Império Otomano quanto o Império Persa reivindicavam parcelas dessa população. Dessa forma, desde que reconhecessem a autoridade do sultão, as minorias étnicas e religiosas, incluindo as populações do Curdistão⁷, tinham a liberdade para exercer não apenas seus costumes, mas também o livre arbítrio na escolha de seus líderes, exercendo ativamente o autogoverno e a soberania territorial. Isso possibilitou que diferentes comunidades convivessem pacificamente sob a égide do Império Otomano (TAS, 2014).

Entretanto, esse processo começou a mudar na segunda metade do século XIX. O poder dos líderes locais começou a ser enfraquecido pelas autoridades centrais otomanas como

⁷ Curdistão refere-se às terras tradicionalmente ocupadas pelos curdos.

resultado do novo fenômeno nacionalista que irradiava pelo Oriente Médio (TAS, 2014), e pela influência de potências europeias nos territórios otomanos. As novas nações emergentes, no intuito de conquistarem poder em detrimento de outras, em muitos momentos travaram alianças convenientes com os grupos curdos, já que estes eram um dos elementos regionais mais proeminentes (MCDOWALL, 2021). Ainda assim, os curdos começaram a sofrer limitações em suas práticas consuetudinárias com a imposição de um único sistema jurídico nos territórios. A ideologia do Estado-nação começava a minar as práticas tradicionais de auto regulação enquanto centralizava e endurecia seu sistema legal (TAS, 2014).

Os turcos foram o primeiro grupo a terem sua consciência étnica despertada. Com o intuito de criar um Estado-nação homogêneo, os turcos recorrem ao processo de assimilação de quaisquer minorias étnicas, ao passo que centralizava sua administração burocrática gerando muita agitação nas comunidades não turcas, em específico os curdos, que resistiram a esse novo regime e foram reprimidos (TAS, 2014). A trajetória turca rumo a construção de uma nação influenciou outros grupos, principalmente os marginalizados, ao caminho nacionalista, dando fim as convivências pacíficas de grupos autônomos que existiram até meados do século XIX.

Os novos Estados que emergiam dos escombros no antigo império lidavam agora com a ideia de independência nacional, que inicialmente era restrita às elites que encabeçavam o movimento nacionalista (KAMRAVA, 2005). As lideranças almejavam o poder e a proeminência do Ocidente, e viram no patriotismo e no nacionalismo europeus o caminho para a grandeza (DAWN, 2004). Os sentimentos nacionalistas podem ser fortemente corroborados quando em oposição a outro nacionalismo, que desperta sentimentos que estavam adormecidos, como o orgulho e a autoafirmação. Isso explica parte da posição dos nacionalistas curdos, que afirmam não haver dúvidas sobre a existência dos curdos enquanto uma nação, que permaneceu de forma adormecida por muito tempo, ressurgindo como resposta às agitações do início do século XX (MCDOWALL, 2021). Diante das rebeliões curdas, muitos dos governos questionavam a unidade nacional dos curdos, acreditando que careciam de consciência nacional. Para José Ciprut (2017), os curdos sempre foram conscientes e assertivos quanto à sua identidade nacional, mesmo que com diferenças significativas em suas aspirações de futuro. Os curdos sempre manifestaram o desejo da liberdade como um povo, ainda que sob os regimes turco, iraniano, iraquiano e sírio.

Essa avalanche nacionalista no Oriente Médio aconteceu simultaneamente em diferentes regiões e de forma sobreposta, delimitando regiões que compartilhavam tradições culturais e simbolismos em comum, e cada região tinha sua versão específica de nacionalismo guiadas pela articulação de intelectuais árabes que promoviam os ideais nacionalistas em suas

publicações. Esse movimento foi acompanhado pelo colonialismo europeu que redesenhou o mapa da região de acordo com suas pretensões administrativa e política, e que só deixou a região de fato nas décadas de 1940 e 1950 (KAMRAVA, 2005).

Os novos corpos estatais firmados nas ideias modernas de identidade étnica que se consolidaram ao fim da Primeira Guerra Mundial no Oriente Médio negou aos curdos uma série de direitos. Nesse enclave, os curdos estavam em enorme desvantagem. Ao passo que também alcançavam a percepção de sua unidade étnica, os curdos ainda estavam organizados em uma sociedade predominantemente tribal que carecia de uma cultura cívica - característica de uma realidade periférica - e hábitos de pensamento necessários à construção de uma nação a exemplo de seus vizinhos (MCDOWALL, 2021). Ademais, a familiaridade com o autogoverno, a organização em sistemas tribais ou clãs, que dificultava a difusão de ideais nacionalistas (SCHMIDINGER, 2018), ou, a depender da análise, uma recusa em empregar o modelo de Estado-nação “importado” do Ocidente, juntos formam importantes elementos para a compreensão do porquê os curdos não terem formado um Estado.

Os curdos se viram profundamente afetados pela guerra que devastou sua população e suas regiões de cultivos. O Acordo de Sykes-Picot (1916)⁸, proposta para a divisão da região do Levante no Oriente Médio, acabaria por deixar uma parcela dos curdos sobre as esferas de influência francesa e britânica. A Grã-Bretanha queria controlar grande parte de suas regiões e considerava a questão do Curdistão um assunto secundário: tinha ainda interesse em chegar à cidade de Mossul no atual Iraque por entusiasmo já nascentes na prospecção de petróleo (KAMRAVA, 2005). Ainda assim, manteve a preocupação de estabelecer boas relações com as tribos curdas através de acordos locais, que em grande medida agradavam aos chefes tribais que estavam dispostos a governar sob proteção britânica (MCDOWALL, 2021).

Em certo momento, a Grã-Bretanha considerou a possibilidade de uma região curda independente que viveria sobre sua tutela, ainda que com muita desconfiança, pretensão essa que não tinha apoio dos franceses. Essa região compreenderia as cidades de Bitlis, Van, Diyarbakir e Mamurat al-'Aziz, na Turquia (MCDOWALL, 2021). Essas ideias não vingaram, já que muitas lideranças ainda mantinham forte ligação com o sistema otomano e queriam manter uma autonomia dentro dele. Em suma, uma parte dos curdos não se preocupava com

⁸ O Acordo de Sykes-Picot (1916) compreende uma série de correspondências trocadas entre a Grã-Bretanha e a França que estabeleceu uma divisão das províncias otomanas em esferas de influência francesa e britânica. Ambas tinham o desejo de resguardar e apoiar um Estado Árabe independente. As regiões fora desse Estado, foram divididas em duas esferas de influência: “Consequently, Greater Syria, which included southwestern Turkey in the north and Lebanon in the west, along with parts of northern Iraq, was to become the sphere of influence of France. Britain was to gain control over Iraq, the Arabian Peninsula, and Transjordan” (KAMRAVA, 2005, p. 40).

configurações políticas desde que tivessem autonomia em seus territórios tribais, mesmo que sob alguma tutela ou regime imperial (afinal de contas, haviam vivido em algum império por muitos séculos).

Dessa forma, como aponta McDowall (2021), os curdos estavam divididos em três linhas de pensamento: os pró-aliados, que almejavam a proteção britânica; os pró-turcos, que ainda mantinha fortes ligações com as instituições políticas turco-otomanas e desejavam uma autonomia dentro da Turquia; e os chamados curdos de Dersim, que tinham o desejo de independência completa de qualquer interferência externa, ou seja, a criação de um Estado soberano. O grupo pró-turco foi rapidamente dissipado frente à hostilidade turca diante da ideia de uma autonomia curda na Anatólia, motivados por uma ideologia e propaganda pan-islâmica na região, que uniria todos os muçulmanos independente de sua etnia (MCDOWALL, 2021).

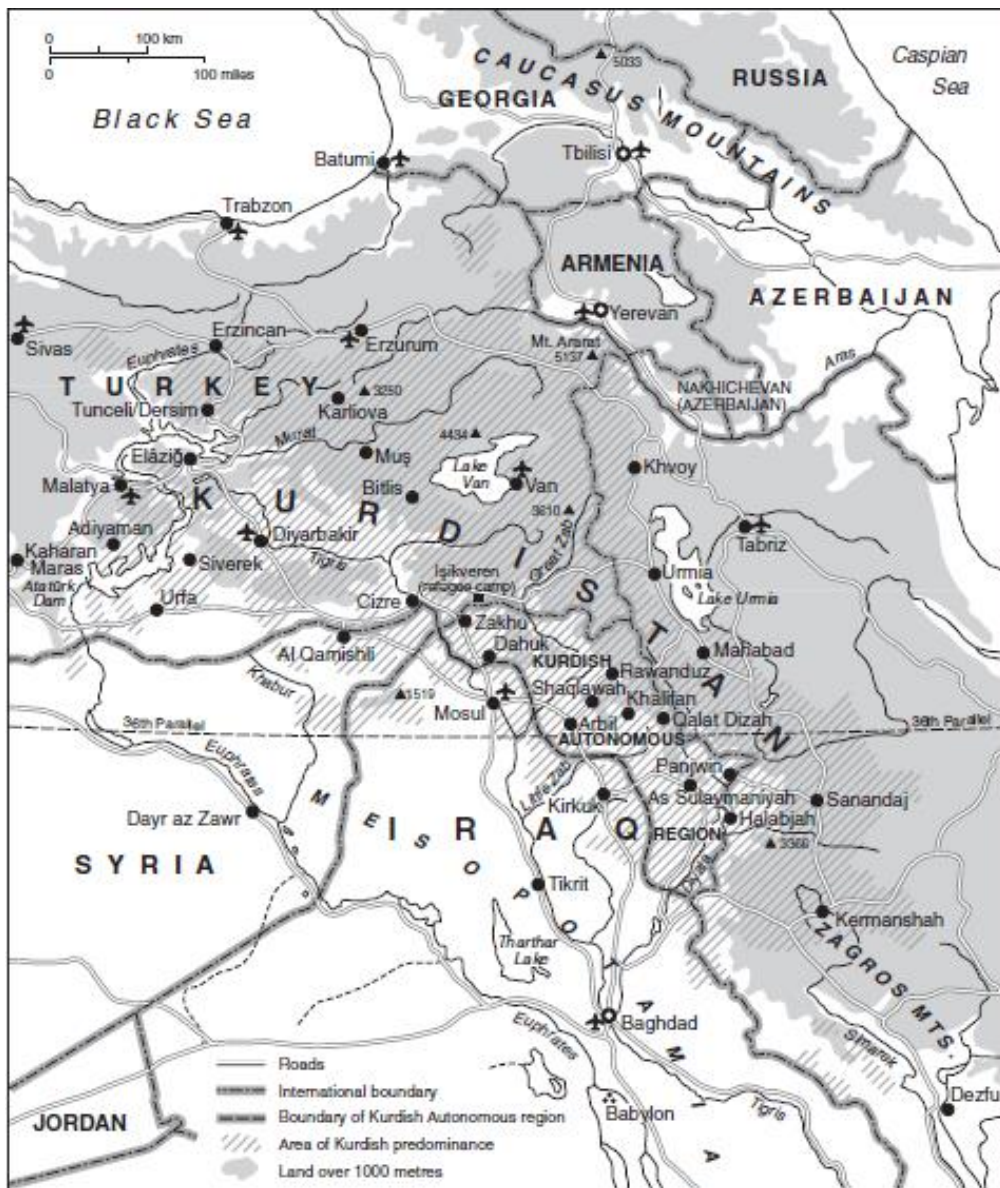
1.2.1 Os curdos na era da formação dos Estados no Oriente Médio

O Tratado de Sèvres de 1920, baseado nos Quatorze Pontos de Wilson⁹, além de definir as fronteiras do novo Estado turco, permitia aos curdos um ““(…) esquema de autonomia local para as áreas predominantemente curdas’ (Artigo 62) e até a possibilidade de independência” (NEUBERGER, 2014, p. 29)¹⁰. Entretanto, as promessas do tratado não foram para frente, e esse insucesso se deve pela exclusão de territórios importantes, pela não demarcação de uma fronteira clara com a Armênia, e pela falta de coordenação do movimento curdo, que ainda estava em um estágio embrionário no desenvolvimento de seu nacionalismo. A mesma oportunidade não foi possível no Tratado de Lausanne (1923), que substituiu Sèvres. Vencidos os conflitos regionais com a Grécia e a Armênia, o recém-criado Estado da Turquia agora concentrava suas atenções totalmente nas dinâmicas internas, entre elas possíveis rebeliões curdas, que foram violentamente reprimidas por Ancara (ROMANO, 2006).

⁹ Postulado do então presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, que com o intuito de promover a paz ao fim da Primeira Guerra Mundial, estabeleceu alguns pontos para alcançá-la, entre eles enfatizou a necessidade de conceder uma oportunidade de desenvolvimento autônomo às nacionalidades não-turcas no Oriente Médio (NEUBERGER, 2014, p.29).

¹⁰ Do original: ““(…) a scheme of local autonomy for the predominantly Kurdish areas’ (Article 62) and even the possibility of Independence”

Figura 1 – Mapa do Curdistão



Fonte: ROMANO, 2006.

De certa forma, todos os quatro Estados formados sobre o Curdistão (ver Figura acima) tentaram incorporar as populações curdas e enfraquecer seus movimentos nacionais. A Turquia perseguiu violentamente as demandas do povo curdo, que foram forçados a submeterem-se aos turcos num processo de assimilação cultural e linguística (ROMANO, 2006). Assim como os turcos, os iranianos também impuseram sua língua a todas as minorias étnicas numa tentativa de construir uma nação unificada, entretanto, ao contrário do que acontecia na Turquia, no Irã não havia a negação da identidade curda, apenas o desejo de que esta fosse integrada à ideologia de integração nacional iraniana. O choque persa e curdo era grande, não apenas pela diferença

étnica e linguística, mas também pela diferença religiosa, já que os curdos são majoritariamente sunitas e os iranianos majoritariamente xiitas (MCDOWALL, 2021). No Iraque e na Síria, essa distinção frente aos curdos era menor, já que os árabes consideravam os curdos uma parte de seu próprio “patrimônio”.

Ainda assim o nacionalismo curdo continuou amadurecendo graças às revoltas cujos gritos ecoaram por todo o Curdistão, e ao desenvolvimento de uma classe média curda nos centros urbanos (AMARILYO, 2014). Entre essas revoltas, destaca-se a revolta liderada pelo *shaykh* Mahmud Barzinji, que em 1918 obteve apoio dos britânicos para o estabelecimento de um governo curdo na região de Sulaymaniyya, sob a condição de permanecer sob supervisão de Londres. Barzinji, aspirando uma maior autonomia, e com o apoio de dezenas de chefes tribais, não aceitou as ingerências britânicos e manteve seu governo independente. Sua região foi hostilizada em 1923 e persistiu na guerra de guerrilha com os britânicos até 1930 quando foi capturado (AMARILYO, 2014). A ideia do nacionalismo reverberou por Sulaymaniyya e representou um marco para o nacionalismo curdo.

Outra revolta que marca um período importante para o movimento curdo ocorreu na Turquia entre os anos de 1925 e 1946, liderada por *Shaykh* Sa‘id de Piran. A revolta reverberou pela maior parte do Curdistão turco, onde populações estavam sendo sufocadas pelas medidas do governo turco, que impossibilitou qualquer organização nacionalista curda e impediu que as tribos tivessem qualquer autonomia. *Shaykh* Sa‘id convocou tribos e preparou a revolta que estourou em 1925, e somente em 1928 uma anistia foi acordada com os turcos (AMARILYO, 2014).

Por fim, destaca-se o movimento liderado por Mulla Mustafa Barzani, que alavancou a cooperação entre chefes tribais e a crescente classe média moderna e urbana. Barzani liderou uma grande revolta contra o governo iraquiano entre 1943 e 1945, quando o exército iraquiano promoveu um ataque às forças de Barzani, que fugiram pela fronteira Irã-Iraque e se estabeleceram no vilarejo de Mahabad, a noroeste do Irã. Lá ele juntou -se com ativistas curdos que ocupavam a área com apoio da União Soviética. Em 22 de Janeiro de 1946 estabeleceu-se, sob a liderança do Partido Democrático do Curdistão (KDP) e com o apoio na União Soviética, a República de Mahabad. Esta foi a primeira entidade nacional criada pelos curdos e estabeleceu instituições nacionais, como o parlamento e a coleta de impostos. Curdos dos quatro cantos do Curdistão apoiavam a república (AMARILYO, 2014). Entretanto, a experiência de Mahabad durou apenas até o ano seguinte, e embora curta, inspirou o movimento curdo como um todo, especialmente o líder tribal Mustafa Barzani, que emergiu enquanto representante do movimento no Iraque (JORGEDEN; AKKAYA, 2016). Mahabad contribuiu enormemente

para a percepção de que o estabelecimento de um Estado independente era possível para o Curdistão, alavancando a consciência nacional dos curdos, que agora uniam as forças urbanas e tribais. O KDP, que havia sido fundado por Barzani, tornou-se o partido mais influente do Curdistão no período posterior.

Ainda no ano de 1946, a Síria tornou-se independente do protetorado francês. Os curdos compunham uma parcela significativa do exército colonial francês, e a crescente importância dos militares foi vantajosa, pelo menos para aqueles que não reivindicavam autonomia (SCHMIDINGER, 2018). Partidos curdos nacionalistas não existiam na Síria até 1957, quando jovens ativistas do Partido Comunista, ao se sentirem sub representados dentro do partido e, inspirados pelo KDP no Iraque, começaram a fomentar a possibilidade de criar um partido curdo próprio na Síria (SCHMIDINGER, 2018).

A estruturação do nacionalismo curdo atinge outro patamar com a criação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Turquia por Abdullah Öcalan. Inicialmente, o partido almejava a criação de um Estado socialista unido do Curdistão (JORGEDEN; AKKAYA, 2016). Com o golpe de 1980 na Turquia, a luta intensificou-se frente a um sistema político cada vez mais fechado aos nacionalistas curdos e a crescente repressão por parte do governo turco, e em 1984 o PKK passa atuar por meio de luta armada frente ao Estado agora unipartidário (AMAROSI, 2019).

Muitos líderes insurgentes, entre eles Öcalan, fugiram do país abrigando-se na Síria e no Líbano, de onde deram continuidade à liderança das insurreições, que mais tarde também transbordaram ao Irã e ao Iraque (ROMANO, 2006). Os ataques do PKK aperfeiçoaram-se ao mesmo tempo em que as forças turcas estavam voltadas a disputas entre a elite econômica e governamental. Isso impediu uma ação mais efetiva ao movimento curdo que se fortalecia progressivamente, chegando a se tornar uma grave ameaça ao regime turco na década de 1980 e 1990 (IMSET, 1992 apud ROMANO, 2006).

A intensa repressão sofrida pelos curdos ao longo do século XX alimentou o seu nacionalismo, que se chocou profundamente com o nacionalismo turco, iraniano, sírio e iraquiano:

Nas décadas de 1980 e 1990, centenas de milhares de curdos iraquianos fugiram para a Turquia e o Irã ou foram expulsos de sua terra natal para o sul árabe. Na Turquia, uma limpeza étnica em massa - por meio da evacuação forçada de 2.600 aldeias - ocorreu na década de 1990. A opressão dos curdos foi de fato dura e brutal em todos os países, e houve uma notável continuidade entre a Turquia kemalista e a pós-kemalista; entre a Síria sob o Bloco Nacional e a Síria sob o Baath; entre Reza Shah, Mohammed Reza Shah e Khomeini no Irã; e entre o Iraque sob Faysal, Qasim e Saddam Husayn. Alguns

governos centrais fracos eram mais liberais, mas, no geral, o quadro geral é de opressão nos quatro estados. (NEUBERGER, 2014, p. 27).¹¹

Na primeira metade do século passado, a falta de consenso entre os líderes dos diferentes grupos e a falta de apoio e unidade tornou suas rebeliões infrutíferas. Para Neuberger (2014), essa realidade muda após a Segunda Guerra Mundial, quando a articulação nacionalista que estava mais restrita as elites urbanas é transformada em um nacionalismo baseado na nação, com amplo apoio das comunidades tribais. Isso pode ser notado nos quatro países onde residem os curdos.

¹¹ Do original: “In the 1980s and 1990s, hundreds of thousands of Iraqi Kurds either fled to Turkey and Iran, or were expelled from their homeland to the Arab south. In Turkey, massive ethnic cleansing— through the forced evacuation of twenty-six hundred villages—took place in the 1990s. Oppression of the Kurds was indeed harsh and brutal in all countries, and there was a striking continuity between Kemalist and post-Kemalist Turkey; between Syria under the National Bloc and Syria under the Ba‘th; between Reza Shah’s, Mohammed Reza Shah’s, and Khomeini’s Iran; and between Iraq under Faysal, Qasim, and Saddam Husayn. Some weak central governments were more liberal, but, all in all, the general picture is one of oppression in all four states.”

2 OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

O processo de formação dos Estados do Oriente Médio na alvorada do século XX nos ilustra a ideologia de Estado-nação posta em prática. Essa concretização dos Estados modernos árabes após o fim do Império Otomano e a criação da Turquia independente, formada com um forte apelo à identidade étnica e linguística comum, que como destaca Ramos (2019) quase sempre é um fator determinante para a construção de um Estado, acarretou na marginalização de grupos minoritários como os curdos.

Como demonstrado no capítulo 1, para que a soberania de um Estado se solidifique, é necessário que o aparato estatal tenha plena capacidade administrativa (MUSCHIK, 2018) e que exerça sua soberania positiva, que nas definições de Jackson (apud GRIFFITHS; O'CALLAGHAN; ROACH, 2008), é a capacidade de exercer um controle efetivo sobre o território. Foram nesses termos que os Estados se consolidaram na região do Oriente Médio. Os curdos, um povo distinto étnica e linguisticamente, tiveram seus movimentos por autonomia e o desejo da continuidade das práticas tradicionais sufocados em meio a tentativa dos novos Estados de centralizar as tomadas de decisão e a sistematização de seu aparato legal (TAS, 2014)

Os curdos foram reprimidos na medida em que reivindicavam a autonomia dos grupos tribais, e também porque sofreram uma negação em meio ao surgimento de um movimento pan-arabista cuja afirmação nacionalista baseava-se, como já mencionado por Ramos (2019), na afirmação da cultura, etnia e língua árabe. Diante deste cenário, a exclusão dos curdos do direito à cidadania, a exemplo da Síria que será pontuado no presente capítulo, mostrou-se uma consequência lógica do pan-arabismo e da ideologia do Estado-nação.

A herança da organização da sociedade otomana em *Millets* autônomos que garantiam a autonomia de quaisquer minorias inseridas nos territórios imperiais, tornou o processo ainda mais violento para as minorias contidas nesses Estados. Nas palavras de Latif Tas (2014, p. 520, tradução nossa), “A partir do século 19, o corpo de um elefante imperial foi empurrado na pele de um rato nacionalista”¹².

Diante disso, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar o histórico de repressão a qual os curdos foram submetidos na Síria no contexto da solidificação do aparato estatal do país, e como isso serviu de combustível às demandas curdas por direitos civis e posteriormente a reivindicação de uma autonomia democrática, uma consequência dos desdobramentos da

¹² Do original: “From the 19th century, the body of an imperial elephant was shoved into the skin of a nationalistic mouse.”

Guerra Civil na Síria que devasta o país desde 2011. Será examinada a história dos curdos sírios desde a independência do país até o governo do atual presidente Bashar al-Assad, bem como o desenvolvimento de suas organizações sociais e partidárias desde a independência do país. Em seguida, será analisado o contexto do início dos levantes que culminaram na atual guerra e como os curdos aproveitaram a fragilidade do Estado sírio gerada pelo conflito, para se afirmarem como a via alternativa em meio a uma disputa profundamente polarizada e sectária através da proclamação de uma forma alternativa de governo denominada autonomia democrática na região histórica curda de Rojava. Por fim, é feita uma apreciação crítica do estabelecimento de uma autonomia curda na Síria e os impactos dessa à soberania do país.

2.1 OS CURDOS NA SÍRIA ATÉ 2001

A Síria é um dos quatro países que abrigam uma parcela da população curda, cuja trajetória foi marcada, a começar pela formação do Estado sírio, por uma negação da identidade curda em favor da afirmação da identidade árabe. Assim como todos os seus vizinhos árabes, a Síria se apegou ao arabismo, que mais tarde materializou-se em uma União Árabe liderada pela maior potência árabe da região na época, o Egito, e que tinha como base a afirmação de uma identidade em comum que deveria lutar contra um inimigo em comum: o imperialismo europeu.

Como discutido anteriormente, a ideologia de Estado-nação que começou a tomar conta dos Estados árabes em formação era ancorada pela afirmação da identidade árabe, que ao se sobrepor, acaba entrando em choque com as demais etnias, como os curdos. Conforme o Estado da Síria foi se consolidando em uma trajetória marcada desde cedo por conflitos internos entre facções por poder político, a hostilidade diante dos curdos foi crescendo na mesma proporção.

2.1.1 A Formação do Estado Sírio: turbulências e golpes

Os movimentos otomanistas, e após 1918, nacionalistas, eram liderados por uma elite regional que se dispunha a representar os interesses imediatos de sua comunidade, e com os sírios não foi diferente. Os líderes e notáveis árabes que ocupavam a região da Síria - nome dado pelo ocidente às regiões que se estendem do Mediterrâneo ao deserto e do Touro ao Sinai – reexaminaram a percepção europeia de unidade naquele território e logo desenvolveram seu “sirianismo” (DAWN, 2004). Ainda que o otomanismo e a identidade árabe estivesse presente, a consciência síria predominava sobre as demais fidelidades, manifestada até mesmo nos maronitas que governavam o Líbano e nos gregos ortodoxos.

Com a derrocada do otomanismo, o arabismo passou a ser a ideologia predominante, e o território sírio passou a confrontar-se com o protetorado francês e britânico¹³. Este último apoiava a independência da Síria territorial e a federação econômica com o Iraque, mas perderam sua influência para a França, que se impôs militarmente na região (DAWN, 2004). Os franceses inicialmente dividiram a Síria em seis unidades administrativas que foram delimitadas de acordo com a preponderância de grupos religiosos em cada área, o que era uma forma eficaz de impedir o desenvolvimento de uma união selada pelo sentimento antifrancês, que era comum entre os diferentes grupos religiosos. Essas unidades foram unidas em 1924, formando a Síria territorial como a conhecemos hoje (KAMRAVA, 2005).

Na região geográfica do Líbano - que era uma nas unidades estabelecidas pelo protetorado - os maronitas, o clero, as minorias locais Alawi e drusas e os líderes locais defendiam a independência da região sob a tutela da França como uma forma de se separarem do restante dos árabes. Em contraposição, os sunitas de Beirute almejavam uma Síria independente que incluísse o Líbano, mas sem a proteção francesa. Durante os vinte anos posteriores à queda do Império Otomano, os defensores da Síria unida e independente não aceitavam a ingerência francesa, que enfraquecida pela Segunda Guerra Mundial, não foi capaz de vencer uma coalizão de notáveis que insistiram em garantir a independência do Líbano (desde que mantendo uma identidade árabe) em 1943 (DAWN, 2004).

Sob o domínio do nacionalismo árabe sírio, a República Árabe Síria, que se tornou independente da França em 1946, se viu entrecortada por rivalidades entre facções, e até hoje é o país árabe mais dominado por elas. Dois partidos rivais, o Partido Nacional, composto por facções de Damasco e Hama, e o Partido do Povo, composto de facções de Aleppo e Homs, travaram uma longa competição. Esses últimos grupos, que podem ser descritos enquanto opositores ao governo, criticaram-no por rejeitar ofertas de união árabe com o Iraque ou a Jordânia (DAWN, 2004). A oposição tinha plena consciência da fragilidade síria, principalmente no âmbito militar, estando cercada por vizinhos poderosos. A Síria obteve um amplo apoio da Jordânia liderada pelos Hachemitas.

O governo que imperou no país de 1943 a 1949 deu início a uma tendência que reverberou a todos os governos que vieram posteriormente: a formulação de uma política baseada no nacionalismo árabe, que nesse período encontrava-se sob a “supervisão” de seu “irmão mais velho”, o Egito, que juntamente com a Arábia Saudita e o Líbano formaram a Liga

¹³ “With rulers in hand, French and British negotiators drew national boundaries and gave shape to the Middle East of today. What constrained or concerned them were not the wishes and aspirations of the peoples whose lives they were influencing but rather their own diplomatic maneuvers and agendas.” (KAMRAVA, 2004, p. 45).

Árabe, que defendia o direito a soberania territorial dos países árabes (DAWN, 2004). Entretanto, o fracasso dos árabes na Palestina em 1948¹⁴ deixou a coalizão governamental amedrontada e a apreensão quanto à segurança da Síria (que se tornou a principal preocupação da elite) influenciou uma onda de protestos populares e lutas no parlamento até uma sucessão de golpes militares em 1949.

A intensa disputa entre alianças desviou o foco de um inimigo comum das facções: a coalizão Baath, que era formada por notáveis e membros da elite tradicional. Nesse momento, o partidarismo passa a ter uma relevância ainda maior do que o próprio nacionalismo sírio e permaneceu decisivo até a chegada de Hafez al-Assad ao poder em 1970 (DAWN, 2004). Vale ressaltar que o partido Baath foi profundamente influenciado pela comunidade Alawi¹⁵, cujas atividades se fundiram ao partido graças a influência da família Assad, que é Alawi. Esse grupo viu no partido Baath uma maneira de ter os seus interesses representados e protegidos diante da maioria sunita (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Apesar do estabelecimento do Pacto de Segurança Coletiva na Liga Árabe, a segurança continuou sendo uma preocupação central da elite síria, ainda mais pela enorme fragilidade e inaptidão por parte da Liga em ajudar diante das hostilidades perpetradas pelos israelenses na fronteira síria em 1951. Nesse mesmo ano, e tendo como base a Organização de Defesa do Oriente Médio, o Ocidente chegou a oferecer ajuda aos sírios, que foram publicamente rejeitadas já que essa ajuda não viria incondicionada, que nesse caso seria a proibição de qualquer investida contra os israelenses. Além disso, qualquer proposta de apoio com o Ocidente era abominada no âmbito da Liga Árabe, (mesmo que paradoxalmente o Egito tivesse um acordo sigiloso com os britânicos) (DAWN, 2004).

Desde a sua independência completa, a Síria viveu uma instabilidade política constante e repetidas tomadas de controle do Estado. Além de três golpes militares somente em 1949, outros episódios de intervenção militar aconteceram em 1952 e 1954. Até 1970, as forças armadas sírias não haviam estabelecido uma hierarquia bem definida e nem mesmo um senso de identidade corporativa. Disso resultou uma intensa disputa de facções militares por

¹⁴ Ano em que foi estabelecido o Estado judeu de Israel na Palestina, região em que havia uma população predominantemente árabe muçulmana.

¹⁵ Considerada uma comunidade a parte, os Alawi foram incorporados a corrente nacionalista na década de 1930. Possuem práticas religiosas e culturais distintas que são importantes para entender a dinâmica cultural recente: essa comunidade se impõe como parte da tradição muçulmana xiita, entretanto, mantém práticas religiosas distintas como a veneração do genro do profeta Mohammed, Ali Ibn al-Talib, e a ausência da mesquita como local de culto. Essas características são para alguns grupos sunitas pontos que fazem da doutrina Alawi uma religião não muçulmana (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

influência, e em muitos momentos, também com políticos civis, que em sua maioria eram membros da elite (KAMRAVA, 2005).

A fraqueza política síria abriu espaço para a influência egípcia, que fortaleceu ainda mais sua presença sobre o mundo árabe ao longo da década de 1950. Contudo, ao contrário de muitos dos adeptos do nacionalismo árabe, alguns governantes da Síria não acreditavam que a união seria páreo contra qualquer ameaça externa: era necessário o apoio externo contra o imperialismo, mais especificamente o apoio da União Soviética (DAWN, 2004). Essa assistência materializou-se com uma série de acordos comerciais, econômicos e de armas com os soviéticos, elaborada pelo ministro das Relações Exteriores e da Defesa e candidato à presidência, Khalid al-‘Azm. Essa iniciativa deixou o partido Baath em alerta, o que intensificou o apelo por uma federação com o Egito, proposta que também foi fomentada por ‘Azm e seus aliados. Por fim, em 1º de fevereiro de 1958 foi formada a República Árabe Unida (RAU) que unia o Egito e a Síria sob a presidência de Nasser. Essa união se deu, principalmente, pela percepção de parte dos líderes sírios e do exército de que o Estado não tinha condições de governabilidade. Cientes da incapacidade de unidade do Estado sírio, e de que os políticos civis também se mostravam incapazes de governar a Síria, as forças do exército adentraram ao processo político buscando promover uma união com o Egito (KAMRAVA, 2005).

Entretanto, esse arranjo teve vida curta. Em 21 de setembro de 1961, unidades do exército sírio proclamaram a independência da RAU em mais um dos golpes presentes na história do país. A falha em estabelecer parâmetros sólidos acerca do funcionamento da nova República e até a pressa em que esse acordo foi arranjado, colaboraram para a sua queda. Além disso, ficou bastante evidente que a união do Egito com a Síria não passava de uma “anexação”: os partidos políticos sírios, incluindo o Baath, foram dissolvidos pelos egípcios e os representantes políticos sírios estavam cada vez mais distantes da esfera governamental (KAMRAVA, 2005).

Em 1963, o Partido Baath, através de golpes bem sucedidos, alcançou o governo do Iraque e da Síria. Sob o regime Baath, a Síria foi tomada por revoltas populares contra os militares, que eram dominantes no novo regime. Entre as lideranças militares mais proeminentes estava Salah al-Jadid e Hafez al-Assad, que deram um golpe e tomaram a liderança em 1966. Esse período foi marcado sobretudo pelo reavivamento dos conflitos com Israel; o governo Baath apoiava organizações palestinas que promoviam uma guerra irregular contra Israel, e entre pressões direcionadas ao Egito e manifestações populares contra o regime, estourou a Guerra dos Seis Dias em junho de 1967 (DAWN, 2004). Nesse momento, os laços se

estreitaram entre a Síria e a União Soviética, que apoiava abertamente o regime, principalmente porque o governo de Jadid passou a tolerar os comunistas sírios na estrutura política do regime.

Jadid foi protagonista de uma política paradoxal. Ao mesmo passo que se apresentava como um defensor e líder do arabismo, também demonstrou em certos momentos indiferença em relação aos seus irmãos árabes. Isso ficou em evidência ao rejeitar a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que previa o uso de meios pacíficos para a resolução de conflitos na região (DAWN, 2004). Sua posição começou a deteriorar quando se pôs em conflito com o Baath iraquiano, que era considerado traidor do partido, estimulando um conflito entre os dois Baath. O radicalismo de Jadid e sua tentativa falha de assumir o lugar do Egito enquanto líder do arabismo, levou Hafez al-Assad, que era comandante da Força Aérea, a recusar comprometer seu órgão aos delírios de Jadid. Em novembro de 1970, Assad depõe Jadid e dá início a um novo regime (DAWN, 2004).

Com a ascensão da família Assad, o caráter sectário do regime sírio ganha forma. A supressão da dissidência torna-se parte fundamental do regime Assad, que reprimiu qualquer oposição ao governo Alawi, principalmente dos grupos muçulmanos sunitas como a Irmandade Muçulmana, que sofreu um massacre em Hama em 1982. Essa tendência continua no governo de seu sucessor e filho Bashar al-Assad (AKBARZADEH; BAXTER, 2018). Ademais, o governo de Hafez al-Assad, que durou até sua morte em 2000 e foi precedida por seu filho e atual presidente da Síria, assegurou um período de relativa estabilidade ao país. O período representa um marco importante para a consolidação das bases do Estado da Síria, que passou a ter um governo centralizado e firme, que foi altamente eficiente ao implementar políticas eficazes em diversas áreas (ZISSER, 2014).

2.1.2 Os curdos sob o governo sírio

No momento da independência da Síria, os curdos sírios compunham cerca de 8,5% da população (cerca de 250 mil pessoas). Esse número não leva em consideração os curdos assimilados pelos árabes sunitas que vivem nos centros urbanos. No final do século passado os curdos já eram 10% da população síria (cerca de 2 milhões de pessoas) (ZISSER, 2014). Apesar de existirem em um número significativo, a população curda na Síria vive em territórios descontínuos, o que fere sua organização, como pontua Zisser (2014, p. 194, tradução nossa):

A maior parte da população curda da Síria reside em três regiões localizadas ao longo das fronteiras norte e nordeste, contíguas à Turquia e ao Iraque. Essas

áreas são isoladas umas das outras geograficamente, assim como as próprias comunidades curdas. Esta circunstância enfraqueceu a capacidade da população curda síria de agir como um grupo étnico ou nacional unificado e coeso e de desempenhar um papel ativo e proeminente na vida política do país.¹⁶

Sob o protetorado francês, as áreas curdas eram parte do Estado de Aleppo, e não receberam nenhum direito de autogoverno, o que motivou as primeiras demandas curdas por autonomia. Entretanto, grande parte do nacionalismo curdo inicial se desenvolveu fora de Rojava¹⁷ inicialmente por intelectuais curdos que estavam em Damasco e Beirute (SCHMIDINGER, 2018).

No território sírio, as populações curdas estavam concentradas principalmente na região da província de al-Hasaka, onde milhares de curdos vindos da Turquia se estabeleceram. Gradualmente as populações que viviam em sua maioria em ambientes tribais foram se estabelecendo em vilas e cidades onde os curdos constituem uma proporção considerável. Os curdos também se faziam presentes nas maiores cidades da Síria, como Aleppo, Damasco e Hama, onde organizavam-se em tradicionais bairros curdos. Por fim, também havia curdos que pulverizavam pelo interior da Síria e foram parciais ou totalmente assimilados pela população árabe sunita (ZISSER, 2014).

¹⁶ Do original: “Most of the Kurdish population of Syria resides in three regions located along the northern and northeastern borders adjoining Turkey and Iraq. These areas are cut off from each other geographically, as are the Kurdish communities themselves. This circumstance has weakened the Syrian Kurdish population’s ability to act as a unified and cohesive ethnic or national group and to play an active and prominent role in the political life of the country”.

¹⁷ Região ao norte da Síria ocupada majoritariamente por curdos, também chamada de Curdistão Sírio (ver figura 2).

Figura 2 – Região de Rojava



Fonte: BENGIO, 2014.

A região de al-Jazira (em curdo, Cizîrê), que engloba as províncias de al-Hasaka e Qamislo, sempre teve ligações fracas com o interior da Síria, e isso foi um motivo de desconfiança por parte de nacionalistas sírios, que tinham receio que a região se separasse da entidade síria como aconteceu com o Líbano. Esse foi o início das tensões entre o Estado em formação e os curdos, e parte da violência que se seguiu nos anos seguintes vem daqui (ZISSER, 2014).

Quando a Síria alcançou a independência em 1946, a situação para os curdos não mudou muito, até porque o governo central era bastante fraco inicialmente. Alguns curdos integraram a nova república em diversos âmbitos, inclusive o militar, onde tinham uma posição vantajosa desde que, no entanto, não estivessem ligados a movimentos que reivindicam autonomia do Estado sírio (SCHMIDINGER, 2018). Houve até mesmo uma tentativa de integrar minorias ao recém Estado como sinal de uma relativa tolerância, que não durou muito tempo.

Entre os governantes militares de maior destaque na Síria estava o curdo Husni al-Za‘im, responsável por um dos três golpes que aconteceram em 1949. Apesar de não ter nenhum envolvimento com as causas curdas, o golpe de Za‘im despertou o sentimento anti curdo em seus opositores, que o acusaram de tentar promover uma independência curda na Síria (ZISSER, 2014).

Partidos curdos nacionalistas não existiam no país até 1957, quando jovens ativistas do Partido Comunista, ao se sentirem sub representados dentro do partido e, inspirados pelo Partido Democrático do Curdistão (KDP) no Iraque, começaram a fomentar a possibilidade de criar um partido curdo próprio na Síria (SCHMIDINGER, 2018). Assim foi estabelecido o Partido Democrático do Curdistão da Síria (*Partiya Demokrat a Kurdistanê li Sûriyê*, KDPS), cuja atividade era limitada à região de Cizîrê. O objetivo do partido era lutar pela preservação dos direitos da minoria curda e não almejavam a independência completa (ZISSER, 2014). As divergências internas do KDPS entre direita e esquerda levaram à divisão do partido entre o *Çep*, partido de esquerda, e o *Rast*, partido de direita. A maioria dos partidos curdos existentes hoje, com exceção do Partido da União Democrática da Síria (PYD), vem de divisões do KDPS originadas em 1957 (SCHMIDINGER, 2018).

Os ativistas políticos do PDKS sofreram intensas perseguições no período da República Árabe Unida (RAU), que foi estabelecida sob correntes nacionalistas árabes e chauvinista¹⁸. Em suma, a relativa paz em que viviam os curdos sob o governo sírio termina neste período, quando os curdos tiveram seu status reduzido. Mesmo após a dissolução da RAU, a Síria deflagra uma guerra contra a população curda em 1962, principalmente em Cizîrê. Desde então, a perseguição contra os curdos foi intensificada e passaram a ser vistos como inimigos tanto pelos governantes quanto pela população síria. Os curdos (e seus descendentes) que fugiram da Turquia e do Iraque para Rojava (quase 120.000 pessoas, ou cerca de 20% da população curda da Síria) tiveram sua cidadania negada, com o intuito de que voltassem para seus países de origem. O regime também promoveu a migração de árabes para Cizîrê com o objetivo de formar uma espécie de “cinturão” árabe que isolasse os curdos sírios de seus aliados na Turquia e no Iraque, e que diluíssem a população majoritariamente curda naquele território (ZISSER, 2014).

Com a ascensão do partido Baath em 1963, o cinturão árabe é posto em prática. Na tentativa de impedir a continuidade geográfica da região curda, o cinturão converteu terras férteis em propriedades públicas e instigaram tribos árabes a migrarem para a região no intuito de criar atrito entre as populações árabes e curdas (CANTON, 2014). O partido, em sua essência, defendia uma nação árabe de descendência étnica comum e adotavam a cidadania baseada no *jus sanguinius*. Dessa forma, a coexistência de minorias, à exemplo dos curdos e cristãos, só seria tolerada mediante uma assimilação cultural e linguística. Essas minorias seriam tidas como “árabes em potencial”. O partido Baath era, portanto, contrário a toda

¹⁸ “Com este termo indica-se uma atitude de exasperado e cego patriotismo, que leva sempre a seguidas polêmicas negadoras dos direitos de outros povos e nações” (BIANCHI, 1998).

minoria não árabe que abrigasse demandas independentistas dentro de “terras árabes”, e com isso definiu os curdos como a maior ameaça à integridade territorial da Síria (SCHMIDINGER, 2018).

Com a chegada de Hafez al-Assad no poder em 1968, uma política sistemática e eficaz em relação à “questão curda” foi instaurada. Assad integrou de forma sagaz o impasse curdo nas políticas regionais com a Turquia e o Iraque; ao moderar o tom em relação aos curdos e apoiar organizações curdas nesses Estados, Assad adquiriu uma arma contra seus vizinhos. Entretanto (e contraditoriamente), nada impediu que o regime de Assad mostrasse resistência a expressões culturais e nacionais curdas. Seu objetivo era a “arabização” dessa população, como é evidente na continuidade da implementação do cinturão árabe na década de 1970 em diante (ZISSER, 2014).

Assad apoiou os partidos PDK no Iraque e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Turquia, liderado por Abdullah Öcalan, e que mais tarde formou um equivalente na Síria. O PKK lutava ativamente contra o regime turco e afirmava que os curdos precisavam voltar às suas terras de origem no Curdistão turco, discurso que interessava a Assad. A Síria chegou a abrigar centros de treinamentos para ativistas do partido, e permitiu que os curdos que viviam próximos à fronteira com a Turquia também integrassem a organização. A cooperação com os partidos curdos, sobretudo o PKK, percorreu a década de 1980 e se intensificou em 1990, quando projetos de desvio do rio Eufrates para benefício da Turquia e o estreitamento desta com Israel alimentaram ainda mais a oposição síria (ZISSER, 2014).

Essa relação de hostilidade entre o governo Assad e a Turquia atingiu um ponto crítico em 1998, quando se encontraram à beira do confronto direto. Isso fez com que a Turquia adotasse um tom severo contra a Síria. Consequentemente, a Síria retirou seu apoio ao PKK e expulsou ativistas de seu território. Somado a isso, a Síria passou a temer que a autonomia conquistada pelos curdos no Iraque ¹⁹ fomentasse ainda mais o movimento curdo sírio. Com receio de que essas conquistas estimulassem o restante do Curdistão a lutar por autonomia, os governos turco, sírio e iraniano começaram a simular uma cooperação contra o estabelecimento de um Estado curdo em meados dos anos 2000 (ZISSER, 2014).

É possível assegurar que os curdos na alvorada do século XXI constituem um grupo muito mais coeso que o início do século passado, onde desenvolveram uma forte identidade

¹⁹ Foi estabelecido na região curda do Iraque o Governo Regional do Curdistão Iraquiano (KRG) em 2003 após uma longa história de luta por autonomia e independência. A oportunidade para a independência curda no norte do Iraque foi possibilitada pela zona de exclusão aérea imposta pelos Estados Unidos após os ataques de Saddam Hussein depois da Guerra do Golfo de 1991 (KAYA; WHITING, 2017). Atualmente possuem seu próprio parlamento, governo e relações bilaterais a nível internacional (CANTON, 2014).

cultural e uma consciência étnica que aflorou sentimentos nacionalistas que em geral permaneceram adormecidos em épocas anteriores. Entretanto, os curdos ainda são atravessados por rivalidades partidárias; somente na Síria os curdos formam mais de 20 partidos diferentes, que foram sistematicamente ignorados pelo governo sírio enquanto uma ameaça potencial à integridade do Estado.

2.2 AS RELAÇÕES DOS CURDOS COM O GOVERNO DE BASHAR AL-ASSAD

Bashar al-Assad chega ao poder sob altas expectativas dos sírios, que naquela ocasião encheram as ruas de Damasco com protestos que pediam por democracia e pluralismo na vida política do país. Os protestos foram timidamente apoiados por Assad, que protagonizou modestas reformas e concedeu anistias a presos políticos. Foram estabelecidos clubes de debates onde discussões democráticas eram relativamente livres. Algumas vozes curdas se destacaram no âmbito desses debates em al-Hasaka e Qamişlo. Entretanto, esse levante democrático que ficou conhecido como a “Primavera de Damasco” não durou muito: o regime de Assad logo sufocou o movimento e retomou o controle com receio de que as estruturas de seu governo fossem abaladas (ZISSER, 2014).

O movimento curdo também foi abalado por inquietações. Ainda que vivessem separados em regiões descontínuas e marcados pela fragmentação partidária, os curdos eram unidos não apenas etnicamente, mas pelo seu passado e presente de tratamento discriminatório por parte do Estado sírio. O estabelecimento da autonomia curda no norte do Iraque aumentou a tensão entre o governo e os curdos, principalmente por haver muitos líderes curdos que mantiveram contato com o Iraque mesmo após a invasão americana em 2003. Além das inspirações vindas do movimento curdo no Iraque, os curdos também veem no Ocidente intervencionista uma fonte de inspiração. Os curdos sírios começam a partir de então a terem consciência da transnacionalidade de seu movimento (MCDOWALL, 2021).

O choque crescente entre o governo sírio e os curdos motivou um dos eventos mais expressivos da história dessa população e que ficou conhecido como a “intifada curda”. O receio de que formação semelhante à do Iraque também tomasse conta da região de Rojava levou a uma reação desproporcional que alimentou a maior rebelião curda contra o governo Baath até então. Em 12 de Março de 2004, intensos protestos foram incitados em decorrência de tumultos que ocorreram em uma partida de futebol entre times rivais, o al-Futuwa, integrado por nacionalistas sírios, e o al-Jihad de Qamişlo, formado por curdos. Torcedores de ambos os times iniciaram agressões que bradavam slogans etnopolíticos. As forças de segurança sírias

intervieram no conflito e vitimaram sete curdos no estádio. O acontecimento foi o estopim para uma série de protestos que foram violentamente reprimidos pelas forças de segurança, e ao todo 36 curdos e sete árabes morreram, e entre mil e duas mil pessoas foram presas e torturadas pelo regime (SCHMIDINGER, 2018).

Em certa medida, o anseio pelo fortalecimento de instituições democráticas na Síria uniu curdos e árabes sobre a mesma bandeira, e é possível notar a cristalização de um forte movimento democrático no Curdistão sírio. Em outubro de 2005 cerca de 250 críticos árabes e curdos assinaram "A Declaração de Damasco para a Mudança Democrática Nacional" numa tentativa de formar uma unidade entre grupos profundamente segmentados, mas que compartilhavam as mesmas queixas latentes contra o governo autoritário da Síria. No âmbito da declaração, os curdos em específico ansiavam pela igualdade plena de direitos (principalmente a nacionalidade) entre árabes e curdos sobre uma Síria unida (MCDOWALL, 2021).

O senso de consciência nacional curdo floresceu após décadas de repressão e uma mudança importante começou a acontecer em seu cenário partidário. Diante das respostas repressivas do governo de Assad, jovens curdos que se encontravam insatisfeitos com os rumos que os partidos mais tradicionais tomavam, começaram a se radicalizar e considerar a possibilidade da luta armada. Como consequência, formou-se na clandestinidade o Movimento Juvenil Curdo na Síria (*Tevgera Ciwanên Kurd*, TCK) em Qamişlo em 2005. Muitos dos jovens do TCK também faziam parte do Movimento de Libertação do Curdistão, o primeiro movimento curdo sírio que começava a se preparar para uma luta militar contra o regime, executada de fato em março de 2008, chegando a assassinar 120 membros da polícia secreta síria. Ainda assim, o partido era o maior e mais bem organizado grupo de jovens, e tiveram protagonismo nos protestos em Rojava no contexto da Primavera Árabe que contaminou a Síria em 2011 (SCHMIDINGER, 2018).

De uma maneira geral, os partidos curdos sempre permaneceram de forma ilegal, e isso dificulta a relação de intermediação destes com o governo. As ações dos partidos eram permitidas desde que não intentassem contra o regime sírio ou que reivindicassem a independência do Curdistão. Quando os protestos se radicalizaram em meados dos anos 2000, o regime respondeu em medida e o processo de mediação entre a população curda e o governo permaneceu precária, ainda que alguns partidos mais moderados estabelecessem alguma relação com o regime (SCHMIDINGER, 2018).

Levantes curdos anteriores a 2011 tiveram um enorme protagonismo de jovens que estavam desencantados com os partidos curdos mais tradicionais, que eram todas ramificações

do KDPS, o primeiro partido curdo sírio. Parte disso ocorre porque era de conhecimento geral dentro da comunidade curda (apesar de difícil de ser provado) que havia agentes sírios infiltrados em muitos dos maiores partidos curdos na Síria, e que esses preferiam que os partidos se mantivessem “distraídos” com intrigas internas, o que comprometeria sua força perante o Estado. Com isso, cada vez mais curdos sírios se envolviam com iniciativas de jovens independentes em detrimento da participação nos partidos mais tradicionais (SCHMIDINGER, 2018).

Além disso, estabeleceu-se uma curiosa relação entre os grandes partidos curdos no Iraque, o KDP e o PUK²⁰, e o governo de Assad. Os funcionários do partido sírio eram beneficiados pelas receitas do petróleo das exportações do Governo Regional do Curdistão Iraquiano (KRG), entretanto, não permitiram que os iraquianos adentrassem mais a fundo na política síria. (MCDOWALL, 2021).

Vale ressaltar que a revolução em curso no âmbito dos partidos e o afloramento da consciência política curda também foi alavancada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação: o PKK desenvolveu um serviço de televisão já em 1995 e iniciativa semelhante ocorreu nos partidos curdos iraquianos. Depois da TV, os celulares também foram tornando-se cada vez mais comuns, e a comunicação entre líderes partidários e ativistas não poderia ser controlada de nenhuma maneira pelas autoridades governamentais (MCDOWALL, 2021).

A crise do sistema partidário curdo desencadeou o surgimento de novos partidos: além do já citado TCK, um outro partido chamou a atenção dos jovens curdos que tinham anseios de mudança. Antigos membros do PKK turco que estavam em exílio na Síria fundaram seu próprio partido no país, o Partido da União Democrática (*Partiya Yekîtiya Demokrat*, PYD). O partido está presente principalmente na cidade de Efrin e Kobane, onde ajudou a enfraquecer parte das relações tribais tradicionais. O PYD, desde a sua fundação sempre gozou de “privilégios” em relação aos demais partidos curdos sírios considerados mais “pacatos” por permanecerem ligados por laços de parentesco e a formação de rebeldes. Apoiados pelo confederalismo democrático de Öcalan, fundador do PKK, o PYD tinha um forte apoio de ex-membros de seu equivalente turco e agradava a curdos de todas as classes, homens e mulheres. O protagonismo do partido na causa curda deixou Damasco em alerta, e diversos membros do partido foram deportados para a Turquia, que mantinha uma relação de cumplicidade com a Síria em diversos

²⁰ O PUK (União Patriótica do Curdistão), fundado em Damasco no ano de 1975 por Talabani, sempre manteve uma relação próxima da família Assad ((MCDOWALL, 2021).

âmbitos, e entre eles o comprometimento com a dissuasão dos movimentos curdos na região (MCDOWALL, 2021).

A capacidade de articulação e organização e o apelo ideológico do partido foi igualmente importante para a sua proeminência no Curdistão sírio. Ademais, o partido estava fortemente comprometido com a derrubada de instituições patriarcais que tanto marcaram a cultura curda e seus partidos tradicionais. Nesse sentido, as mulheres foram especialmente atraídas pelo apelo a virtudes como a igualdade de gênero e o debate ideológico, um ambiente fértil para muitos jovens curdos inquietos.

2.3 A GUERRA CIVIL NA SÍRIA

Ao assumir a presidência da Síria em 2000, Bashar al-Assad procurou investir em medidas que alavancassem a economia síria ao introduzir princípios de mercado e atraindo investimento estrangeiro. A expansão econômica decorreu principalmente através do comércio com a Turquia e o turismo e o Produto Interno Bruto (PIB) do país dobraram na primeira década do novo século. Entretanto, o crescimento econômico não alcançou toda a população síria: os subsídios aos bens básicos foram retirados, e uma forte seca que tomou conta do país a partir de 2006 afetou drasticamente a agricultura provocando êxodo rural. As reformas beneficiaram apenas aqueles mais próximos da elite, e não foram acompanhadas de mudanças políticas. A Síria permaneceu profundamente afetada pelo nepotismo e a corrupção. A população jovem de até 24 anos compunha 55% da população total da Síria no momento anterior à Guerra Civil, e grande parte dela sofria com o desemprego (MCDOWALL, 2021).

O país vivenciava ainda a crise de refugiados sunitas iraquianos oriundos da invasão americana de 2003, e somados aos sírios que tiveram que se deslocar do campo para as grandes favelas urbanas, no ano que iniciou a guerra civil, a Síria tinha 15% da população composta de migrantes e refugiados (MCDOWALL, 2021). A insatisfação popular era latente e conseguiu no contexto da Primavera Árabe uma válvula de escape.

2.3.1 A Primavera Árabe e o início da Guerra Civil na Síria

Os desdobramentos da atual guerra civil na Síria tiveram início com um movimento que irradiou pelo Oriente Médio e ficou conhecido como Primavera Árabe. O levante que tomou conta dos países árabes foi motivado por um descontentamento da população com a falta de democracia e representação política, o autoritarismo de líderes que estavam no poder há muitas

décadas, e a carência de oportunidades de mobilidade social. O movimento foi desencadeado com o ato de desespero de um comerciante que ateou fogo ao próprio corpo após ter sua mercadoria confiscada pela polícia corrupta na Tunísia. Esse ato levou milhares de pessoas às ruas que exigiam a renúncia do então presidente Ben Ali. Ele deixou a presidência após 23 anos no posto, e isso representou forte inspiração a todo o mundo árabe, que vivia uma realidade política marcada pela corrupção, violações aos direitos humanos, a falta de oportunidades sociais e repressões por parte do Estado (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Entretanto, o sucesso na Tunísia, que realizou eleições democráticas após a queda de Ben Ali, não esteve presente no resto dos países árabes. O caso da Síria ilustra os efeitos devastadores que o levante, e sua consequente repressão imposta pelo Estado, trouxe para as populações na região. Porém, é importante pontuar que a história política dos Estados também influenciou os rumos que tomaram os intensos protestos.

A Primavera chega à Síria em forma de protestos pacíficos que se depararam em março de 2011 com as tropas sírias, que se lançam aos civis de forma semelhante ao que ocorreu na Primavera de Damasco, mas agora em uma escala muito maior. O exército prendeu, torturou e matou manifestantes que pichavam os muros da cidade de Dar'a, momento em que se inicia uma escalada de violência que expõe diferentes grupos de interesse e leva os sírios a escolherem um lado entre grupos seculares, sunitas ou xiitas. Além das linhagens árabe-muçulmana, organizavam-se (como já era esperado) uma frente das minorias drusas e os curdos (MCDOWALL, 2021). O aspecto sectário intensifica-se à medida que os rebeldes sunitas começam a atacar minorias.

Os protestos foram violentamente reprimidos pelo regime, que contava com forças de segurança treinadas para lidar com ameaças externas e terroristas, e como consequência, levou a um impulso repressivo desmedido que foi lançado sobre os manifestantes, mesmo que pacíficos, acarretando no uso da força excessiva (HARAN, 2016). Em resposta à hostilidade do regime Assad diante dos manifestantes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) propõe o primeiro projeto de resolução do conflito na Síria, que

Exigiu que as autoridades sírias parassem imediatamente de usar a força contra os civis e permitissem o exercício da liberdade de expressão, reunião pacífica e outros direitos fundamentais" e apelou à "libertação de todos os presos políticos e manifestantes pacíficos (Nações Unidas, 2011 apud AKBARZADEH; BAXTER, 2018, p.184, tradução nossa).²¹

²¹ Do original: "It 'demanded that Syrian authorities immediately stop using force against civilians and allow the exercise of freedom of expression, peaceful assembly and other fundamental rights' and called for the 'release of all political prisoners and peaceful demonstrators'".

Nesse momento, os curdos, pegos desprevenidos no início das agitações, a princípio permaneceram incertos sobre como proceder diante do embate entre dois grupos árabes. Carregavam consigo três queixas principais, que são a negação da cidadania, manipulação demográfica na região de al-Jazira e o ataque à cultura curda principalmente a negação ao ensino da língua materna nas escolas. Os curdos também sofreram com a tentativa de neutralização por parte do regime, que temia um conflito em Rojava, e em abril o governo emitiu um decreto presidencial que devolvia a cidadania para cerca de 200 mil curdos, algo que Assad postergou por anos. Entretanto, temendo um aprofundamento da cisão com os árabes, autoridades curdas rejeitavam um convite do governo em junho de 2011, e afirmaram que não fariam qualquer acordo enquanto a violência contra os manifestantes continuasse. Jovens curdos, que se opunham à passividade dos partidos, tomaram as ruas ao lado de não-curdos exigido mudanças políticas (MCDOWALL, 2021). Até o primeiro semestre de 2012, não havia combates armados em Rojava, mas muitos curdos foram mortos pelas forças de segurança sírias no cenário das manifestações (SCHMIDINGER, 2018).

O ataque sírio contra os civis levou a uma debandada de milhares de oficiais do Exército sírio que não respaldavam os excessos cometidos pelo regime, e em julho de 2011 declararam a formação do Exército Sírio Livre (FSA), cuja sede foi estabelecida na Turquia, com o objetivo de proteger a população e derrubar Assad. A partir de então, o governo passou a sofrer uma repressão armada, e esse foi um momento decisivo para os rumos do levante sírio. Entretanto, o sucesso da FSA foi limitado pela falta de unidade do grupo que em pouco tempo se subdivide com o apoio de grandes potências regionais. Em junho do ano seguinte a ONU declarou pela primeira vez que o conflito sírio caracterizava uma guerra civil de grande escala (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

A popularidade de Bashar al-Assad cai proporcionalmente à radicalização da resposta do Estado às manifestações populares, ainda que este não seja o único fator que contribui para a perda de prestígio do presidente. Mesmo que Assad afirmasse o contrário, a Síria vivia uma realidade muito próxima dos Estados árabes: possuía um déficit democrático alarmante. O que desencadeia o rancor da população vem também de fatores externos que instigaram uma crise interna, principalmente a mídia, que virou a opinião pública árabe contra a Síria. Isso pode ser demonstrado pela ausência de queixas consistentes por parte dos manifestantes no início dos protestos, que só mais tarde passaram a reivindicar a queda de Assad (HARAN, 2016).

2.3.2 O conflito sectário e o papel das grandes potências na Guerra Civil da Síria

O governo de Bashar al-Assad possui um longo histórico de repressão aos grupos que se opõem à minoria Alawi composta pela família Assad e seu círculo próximo. A repressão brutal aos dissidentes, histórico que Bashar herdou do governo de seu pai e que esteve presente na Síria desde a ascensão da família Assad em 1970, foi vista pela maioria sunita como uma agenda sectária que visava privilegiar a minoria Alawi em detrimento dos demais grupos. Essa interpretação sunita da divisão política foi devastadora no contexto dos protestos que tomaram a Síria e a sua subsequente repressão (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Quando a guerra irrompe no outono de 2011, potências estrangeiras na perseguição de seus próprios interesses correm para armar os competidores a depender da orientação de seu combate. O conflito logo se torna um jogo de tabuleiro para potências estrangeiras: a Rússia e o Irã apoiaram Assad e os grupos xiitas pró regime, enquanto os demais “jogadores” externos voltam-se contra o governo, mais expressivamente os Estados Unidos, que via com rancor a aproximação da Síria com a Rússia. Porém, devido à intervenção desastrosa no Iraque, os Estados Unidos agiram na guerra Síria de maneira cautelosa diante da eminente queda do regime, e participa do jogo apenas incentivando seus aliados sunitas (que apoiaram os grupos rebeldes sunitas no conflito), Turquia, Catar e Arábia Saudita, com a esperança da queda de Assad (MCDOWALL, 2021). Assim como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha estavam insatisfeitas com a posição anti-Israel da Síria e pelo apoio ao Hezbollah²², e cooperaram a favor da oposição e conseguiram no âmbito da União Europeia uma série de sanções contra o governo sírio (HARAN, 2016).

Ademais, os atores externos que interviram no conflito tinham receio de que a conflagração transbordasse e afetasse os países da região caso Assad fosse deposto. A luta pelo controle da Síria por grupos armados e a proliferação de grupos jihadistas traria enorme insegurança para Israel, que é uma preocupação primordial do Ocidente. Por esse motivo, houve algumas tentativas dos EUA e de países europeus de apresentarem propostas amigáveis a Assad, que fracassaram, já que a Síria poderia ser facilmente persuadida a não aceitar um pacto com o Ocidente. Dessa forma, Haran (2016, p. 11) conclui que “Embora internamente, as condições

²² Grupo xiita libanês formado como movimento de resistência a ocupação israelense, que invadiu o Líbano em 1982 e manteve forças de ocupação no sul do país até maio de 2000. O grupo enfrentou Israel e se tornou uma das maiores forças de resistência palestina e um dos maiores inimigos dos israelenses (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

fossem estáveis e não teriam levado a um levante, fatores e esforços externos ativos foram responsáveis pelo surgimento de problemas na Síria²³”

Os grupos sectários combatentes na Síria variam de intensidade moderada a radical. O segmento xiita abarca os grupos que lutam ao lado do governo de Assad, que é de orientação xiita e de vertente Alawi, com o massivo apoio do Irã, que é fiel à aliança xiita Irã-Síria-Hezbollah, que juntamente com a Rússia, tem interesse em manter o *status quo* da Síria. O regime de Assad é amparado por forças militares leais ao regime e ao partido Baath, além do grupo paramilitar Shabiha financiado pela família Assad, e a Frente Progressista Nacional, uma união que inclui minorias drusa, cristã e libanesas (GHOTME; GARZÓN; ORTIZ, 2015).

O segmento sunita inclui opositores do regime, o ISIS e a Al-Qaeda e outros grupos moderados, e são amparados pelos países que formam a aliança sunita, Turquia, Arábia Saudita e Catar. O eixo sunita vê o eixo xiita como uma ameaça a seus interesses em relação à segurança e o equilíbrio de poder na região, e apoiam grupos como o Exército Sírio Livre e a Frente Islâmica no jogo da guerra civil síria. Também possuem como motivador o fator econômico, já que a Síria é rota importante no transporte dos recursos energéticos, que vai da Arábia Saudita ao Mediterrâneo. (GHOTME; GARZÓN; ORTIZ, 2015).

Dessa forma, é possível perceber que conforme os choques sectários vão se agravando e também se sobressaindo, fica evidente o jogo de interesses que tanto o bloco sunita quanto xiita tem na região, que no contexto da guerra na Síria, saíram em solidariedade dos membros de seu grupo. O primeiro bloco visa perpetrar sua política de hegemonia enquanto o segundo eixo vai em busca do equilíbrio de poder, e ambos veem no campo de batalha sírio uma forma de disputarem a vitória, que garantia a preponderância de um ou de outro.

A Arábia Saudita, que lidera o bloco sunita, vê no conflito uma forma de desgastar o regime e seus aliados e conter a influência do Irã sobre a Síria, e a Turquia em contrapartida, tem interesse principalmente na segurança de seu território, que possui uma longa fronteira com a Síria. O Irã, líder do bloco xiita é carregado de motivações geopolíticas e estratégicas, e compartilha com a Síria os mesmos interesses na luta pela libertação da palestina e o enfrentamento contra as ingerências norte-americanas no Oriente Médio, principalmente diante do cenário que se formou na região após a invasão americana no Iraque (GHOTME; GARZÓN; ORTIZ, 2015).

²³ Do original: “While internally, the conditions were stable and would not have led to an uprising, external factors and active external efforts were responsible for trouble to erupt in Syria.”

De imediato, os curdos, que estavam enclausurados no conflito crescente, não foram considerados pelos jogadores uma peça importante. No entanto, a sua luta pelo norte da Síria e o emprego de táticas e estratégias valiosas chamaram a atenção dos outros atores. A região de Rojava que estava sendo disputada pelas forças curdas eram visadas pelos Estados Unidos, a Rússia, o Irã e a Turquia (MCDOWALL, 2021).

Os curdos formaram sua própria coalizão em outubro de 2011, constituída de 10 partidos curdos formados majoritariamente por jovens e mulheres, chamado Conselho Nacional Curdo (KNC), sob a liderança de Mas'ud Barzani. O KNC agiu de forma coordenada com a oposição síria e tinha o amplo patrocínio do KDP e do PUK iraquianos. No entanto, outros dois partidos importantes ficaram de fora da coalização, o Partido Curdo do Futuro e o PYD, que logo encontraram-se em conflito com o KNC, e em dezembro do mesmo ano é formado o Conselho do Povo do Curdistão Ocidental (PCWK) pelo PYD. Essa coalizão, por sua vez, tomou o controle de Efrin e emitiu uma resolução que afirmava o compromisso do Conselho em apoiar um movimento pacífico que visava a mudança das instituições políticas sírias, rejeitava a ingerência estrangeira, e queria unificar os partidos curdos e estabelecer conselhos através de eleições livres. Não desejavam a derrubada do governo, pelo menos não abertamente como o KNC, já que tinham o objetivo de manterem o território e evitar a violência da guerra civil (MCDOWALL, 2021).

Os líderes rebeldes não consideravam os curdos como aliados muito valiosos e a relação de ambos era marcada por muita desconfiança. Os curdos não tinham a garantia de que seu movimento fosse beneficiado de alguma forma por uma aliança com os árabes, e mesmo os membros do KNC que se juntaram ao Conselho Nacional Sírio (SNC), a principal organização de oposição síria, na tentativa de conter o PYD, não confiavam nessa aliança e permaneceram sob vigília diante do SNC. O Conselho tinha o forte apoio da Turquia, que apoiava grupos sunitas cada vez mais hostis aos curdos sírios, outro motivo para que a aliança com os rebeldes fosse tão fraca (MCDOWALL, 2021).

As forças de Assad tiveram um enorme sucesso em esmagar as forças de oposição de maneira muito mais precisa do que os observadores do conflito pudessem imaginar, e a sua recusa em agregar os curdos pode ter contribuído para isso. Nos dois anos seguintes, os curdos se mostraram muito bem sucedidos militarmente. A dificuldade dos árabes rebeldes em se apoiar nos curdos vem da desconfiança histórica que sempre pôs em dúvida a verdadeira intenção dos curdos sírios, lidos enquanto imigrantes e protagonistas de movimentos separatistas desde a década de 1920 (MCDOWALL, 2021).

Ao passo que as forças sírias se retiram das regiões curdas para se voltarem as regiões onde o conflito com os rebeldes era crescente, o PYD e seu braço armado, as Unidades de Proteção Popular (YPG), progressivamente assumiram o controle nas áreas curdas. O KNC de Mas'ud Barzani, consciente da força do PYD e de seu histórico legado advindo do PKK turco – tanto em matéria de ideais democráticos quanto de ex-combatentes – começou a formar seus próprios combatentes no Iraque. Barzani patrocinou um acordo entre o KNC e o PYD para a formação de um comitê conjunto para a administração do território curdo não mais controlado pelo governo sírio. Entretanto, a óbvia vantagem do KNC logo escancarou a intenção de tomar tempo para a formação de suas forças armadas, matéria mais urgente do que qualquer acordo efetivo com seus rivais do PYD. Ainda assim, em junho de 2012 este último assumiu o controle exclusivo de Efrin, Kobane, Qamişlo, Derik, e os tradicionais bairros curdos em Aleppo, e em setembro o YPG conquista o domínio de petróleo na região de Al-Hasaka (MCDOWALL, 2021).

O Governo Regional do Curdistão no Iraque fez a mediação de facções curdas, e um acordo com 7 pontos foi firmado entre o PYD e o KNC no início de julho. Foi fundado nesse âmbito o Comitê Supremo Curdo, uma espécie de organização para a administração de Rojava (SCHMIDINGER, 2018).

Em pouco tempo, a coalizão de oposição síria SNC se mostrou ineficaz e uma nova organização foi formada, a Coalizão Nacional para as Forças Revolucionárias e Opositivas Sírias (SOC) em novembro de 2012, que buscou reverter a enorme falha de admissão dos curdos, que não foi correspondida pelo PYD. Esse último defendia arduamente suas áreas na fronteira com a Turquia, que estavam sendo disputadas com os grupos rebeldes. Apesar de muitas perdas na guarnição do YPG, o PYD continuou ocupando cerca de 80% dos territórios curdos de Efrin, Kobane e Cizîrê. A organização curda fortaleceu suas forças de combate dia após dia: em março de 2013 estabeleceram uma força de combate feminina, a Unidade de Proteção das Mulheres (YPJ), que se destacou pela firmeza nos combates, e continuou aumentando sua força geral, chegando a 50 mil combatentes em 2014 e tornando-se a força curda dominante. A crescente força do PYD foi fundamental no enfrentamento de grupos islâmicos radicais, sendo o mais proeminente o Estado Islâmico da Síria e do Iraque (ISIS) (na sigla em árabe, Daesh) que configuraram o maior desafio dos curdos até então (MCDOWALL, 2021).

2.3.3 A Conquista da autonomia de Rojava

Quando a guerra entre o regime de Assad e o Exército Livre Sírio se intensifica em 2012 e as forças leais ao presidente evacuam o Norte predominantemente curdo para aumentar seu efetivo contra os rebeldes no Sul, conversas entre o PYD e o regime negociavam a saída deste de Rojava. Na época, o KNC acusou o PYD se estar colaborando com o regime através de acordos secretos. O PYD, em contrapartida, afirma categoricamente que haviam ordenado que o governo se retirasse de Rojava sob a ameaça de formar uma frente contra o governo (SCHMIDINGER, 2018).

Sendo as acusações verídicas ou não, em julho o regime deixa as regiões de Cizîrê, Efrin e Kobane para a organização PYD sem conflitos aparentes, permanecendo no controle apenas de alguns pontos estratégicos em Qamişlo e na capital provincial de al-Hasaka. As condições desse acordo pacífico ainda são desconhecidas e não é possível afirmar o que os curdos deram (ou dariam) em troca de Rojava. Desde então, a organização curda controla a região em conjunto com seu braço armado YPG e o exército autônomo de mulheres, o YPJ. Como resultado, a Síria se fragmenta em três entidades distintas: as áreas sírias controladas pelo regime, as áreas tomadas pelos rebeldes e as áreas curdas compostas por Cizîrê, Efrin, Kobane (Ver Figura 3) e um distrito curdo em Aleppo (SCHMIDINGER, 2018).

Os curdos não eram a favor de uma luta armada na região e nem de intervenções estrangeiras. O que almejavam era uma solução democrática para o conflito e que tivessem seus direitos respeitados. No início dessa revolução silenciosa os curdos invadiram prédios administrativos do governo e declararam sua própria administração democrática por meio do ideal de “autonomia democrática” defendida pelo líder do PKK, Abdullah Öcalan. Ele defende a superação da ideia de Estado-nação como a principal forma de organização social e política no Oriente Médio. Para Öcalan, a ideologia do Estado-nação é baseada na sustentação de uma única cultura e identidade nacional e muitas vezes uma única comunidade religiosa unificada. A busca pela homogeneidade deve ser superada através da autonomia democrática, que é flexível, multicultural e antimonopolista (CANTON, 2014).

O líder do PKK e uma das principais vozes do movimento curdo, acredita que a autonomia democrática permite a democratização interna e não se impõe enquanto uma força contra o Estado e nem procura formar um Estado. Ao invés disso, a autonomia democrática busca respeitar as fronteiras e estruturas estatais, ao mesmo tempo que permite que os curdos alcancem suas próprias demandas e estabeleçam sua própria agenda em conjunto com as instituições do Estado. Essa concepção de organização política não é baseada em etnia e não

deve se limitar ao Curdistão, e é capaz de superar o modelo centralizador através das administrações locais, fundindo a democracia participativa com a democracia representativa que permitirá a participação de qualquer indivíduo, independente de etnia, gênero, religião ou classe. (CANTON, 2014)

A tomada de Rojava foi um passo fundamental para os ideais do PKK e de seu equivalente sírio PYD, cuja filosofia principal é o desenvolvimento de soluções políticas para a “questão curda” através da construção de uma estrutura institucional alternativa na região. Tendo em vista a busca da autodeterminação e direitos de linguagem e autonomia cultural e, em nível mais amplo, a democratização da sociedade e do Estado, Rojava é a oportunidade perfeita para colocar em prática esses ideais (GUNES, 2016).

Deste modo, com o objetivo de alcançar a autonomia democrática, o grupo PYD/YPG lançam a chamada “Revolução de Rojava” um dia após o bombardeamento do quartel-general em Damasco. As forças curdas retomam Kobane e Efrin com facilidade, já que não havia a presença de tropas sírias nessas regiões. A região de al-Hasaka foi mais difícil pela presença dessas tropas. O processo de libertação das regiões curdas se deu pelo estabelecimento de bases avançadas do YPG nas aldeias, o confisco dos serviços do regime como o abastecimento de água e energia, e por fim, o comando dos quartéis do regime em todas as províncias de maioria curda, com exceção de Qamişlo, que permaneceu ocupado por forças sírias. Ao passo que o PYD assumia o protagonismo na administração da autonomia curda, o KNC de Barzani ficou limitado a província de Mosul, onde travou uma batalha contra o Estado Islâmico (Daesh) mais tarde (WILGENBURG, 2016).

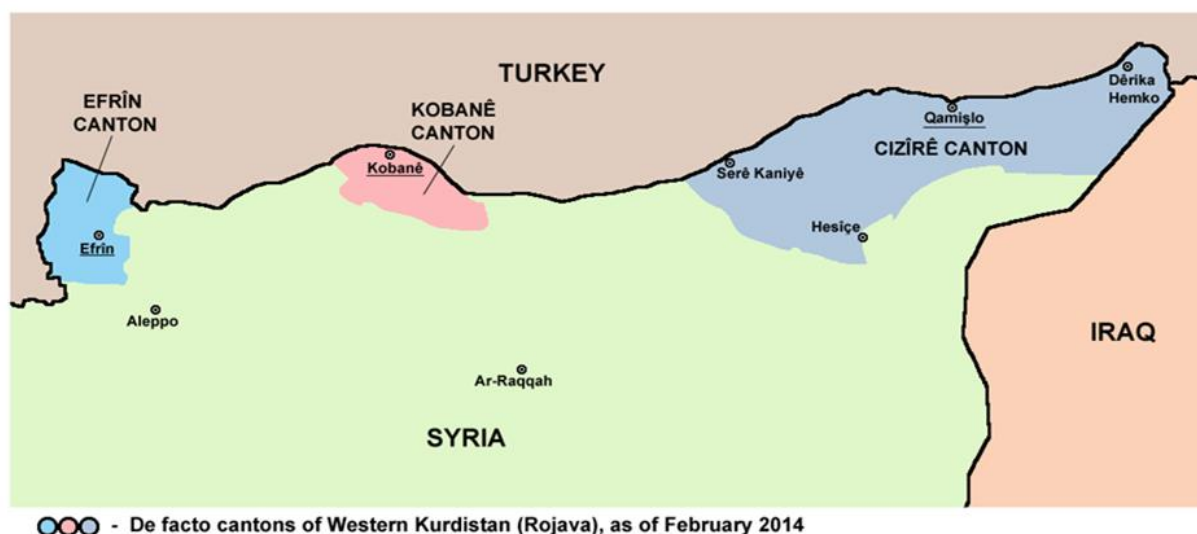
Nos dois anos seguintes foi declarado em Rojava a autonomia democrática baseada em um sistema cantonal. Em novembro de 2013 diversas organizações curdas realizaram uma série de encontros que resultaram na criação do Conselho Geral Constitutivo da Administração Provisória Conjunta. A formação dos cantões forneceu as bases necessárias para a implantação da autonomia democrática, e são definidos como

(...) pequenas divisões administrativas de um país ou distrito administrativo (...) [que] são importantes porque oferecem a oportunidade de democracia direta. Por isso, os cantões, como nível micro de uma administração política em bases locais, oferecem a participação ativa de todas as pessoas nos processos de tomada de decisão. (CANTON, 2014, p.13, tradução nossa)²⁴

²⁴ Do original: “(...) small administrative division of a country or administrative district (...) are important, because they offer the opportunity of direct democracy. For that reason the Cantons as micro level of a political administration on local bases offering the active participation of all individuals in decision-making processes”.

Os cantões seriam, na visão dos líderes que encabeçaram o movimento, a melhor solução para a política de centralização do partido Baath. Desde a independência da Síria, todas as decisões são tomadas na capital Damasco, e uma única pessoa, na figura do presidente, define os rumos do país em uma rígida autocracia. Deste modo, a descentralização das tomadas de decisão é indispensável para a construção de uma democracia popular (CANTON, 2014).

Figura 3 – Cantões curdos no norte da Síria



Fonte: SYRIA s.a.

Cada cantão em Rojava (ver Figura 3) possui seu próprio governo e constituição, que detém amplo controle administrativo sobre seus sistemas de educação e serviços sociais. Para mais, cada região possui uma força policial (*Asayhish*), além de unidades do YPG/YPJ, e um parlamento, tribunais e municípios. O modelo de autogestão proposto em um primeiro momento estaria limitado a Rojava, mas faria parte da futura Síria. Assim aspiravam os líderes da Revolução, que consideravam o federalismo o melhor sistema político para o país. Quanto a regulação econômica, a autonomia democrática prevê que:

O sistema econômico nas áreas de autogestão [Autonomia Democrática] funciona de forma equitativa e sustentável com base no desenvolvimento global, baseado no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que visa garantir as necessidades humanitárias e um padrão de vida digno para todos os cidadãos, através do aumento da produção e da eficiência, e garantindo uma economia participativa, promovendo a concorrência de acordo com o princípio da Autonomia Democrática ("Cada um segundo o seu trabalho"), evitando o monopólio e aplicando a justiça social, garantindo a forma de propriedade nacional dos meios de produção, preservando os direitos dos

trabalhadores e dos consumidores, protegendo o meio ambiente e fortalecendo a soberania nacional. (CANTON, 2014, p.12-13, tradução nossa)²⁵

Entretanto, os territórios curdos conquistados ainda não estavam consolidados e não se conectavam contiguamente, e esse era o principal desafio da administração do PYD em meados de 2014 (Ver Figura 3). No intuito de conquistar as áreas que havia entre os enclaves, o YPG fez alianças com grupos não-curdos, a mencionar, tribos árabes e cristãs locais, em conjunto com a FSA e unidades americanas (WILGENBURG, 2016). Temendo a força americana no contexto, o Estado Islâmico sitia a região de Kobane e dá início a maior disputa dos curdos no contexto da guerra civil, no episódio que ficou conhecido como o “cerco de Kobane”.

2.3.4 A ameaça do Estado Islâmico da Síria e do Iraque (Daesh) a autonomia curda

O Estado Islâmico da Síria e do Iraque (ISIS), ou simplesmente *Daesh*, é um grupo jihadista sunita de orientação salafista que nasce no âmbito da Al-Qaeda, que surgiu em 1988, no contexto da luta contra a invasão soviética ao Afeganistão, que se deu em 1979. Em resposta a essa invasão, uma coalizão apoiada pela Arábia Saudita e o Paquistão, com o apoio da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), começou a treinar combatentes islâmicos para ajudar os *mujahedeen* a lutarem contra a União Soviética:

Justificativas religiosas para o conflito armado foram apresentadas para atrair voluntários para travar a jihad contra as forças "ateístas" soviéticas, e esta campanha de propaganda se mostrou altamente eficaz. Entre 1979 e 1989, milhares de voluntários de todo o mundo migraram para o Afeganistão, onde logo foram doutrinados em uma visão de mundo Salafi, financiada e exportada pelo estabelecimento Wahhabi da Arábia Saudita. Portanto, um dos resultados não intencionais deste conflito foi o surgimento do Movimento jihadista Salaf, um grupo transnacional de combatentes estrangeiros que foram arrastados para o conflito. No período pós-afegão, esse movimento gerou novos padrões radicalizados de militância islâmica dirigida aos regimes árabes regionais e ao Ocidente, principalmente os Estados Unidos e seus aliados. Vagamente afiliado e comumente denominado pelo rótulo de 'Al-Qaeda', o movimento salafi-jihadista rapidamente evoluiu e continua sendo um dos maiores desafios

²⁵ Do original: “The economic system in the areas of self-administration [Democratic Autonomy] work in an equitable and sustainable global development based manner, based on the development of science and technology, which aim at ensuring humanitarian needs and a decent standard of living for all citizens, through the increase of production and efficiency, and by ensuring a participatory economy whilst promoting competition in accordance with the principle of Democratic Autonomy ("Each according to his/her work"), and preventing monopoly and applying social justice, ensuring the shape of the national ownership of the means of production, and preserving the rights of workers and consumers, protecting the environment and strengthening the national sovereignty.”

de segurança internacional do século XXI (...) (AKBARZADEH; BAXTER, 2018, p.92, tradução nossa).²⁶

A Al-Qaeda encontrou uma oportunidade de adentrar o Iraque em 2003, depois da invasão estadunidense. Com a derrubada de Saddam Hussein e do partido Baath do Iraque, os sunitas iraquianos se viram vulneráveis dentro da nova configuração de poder, que passou a ser governado por um governo xiita, que naturalmente se aliou ao Irã, o líder do eixo xiita no Oriente Médio. Com isso, os sunitas que sofreram com a marginalização social e política se lançaram contra a ocupação americana e o governo xiita. É nesse contexto que a Al-Qaeda estabelece a Al-Qaeda no Iraque (AQI) com o intuito de resistir à ocupação e logo se proclama o porta-voz dos interesses sunitas no ambiente pós-2003 (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Ainda que defendessem os interesses sunitas, a AQI encontrou resistência de muitos adeptos da vertente islâmica que não concordavam com a inclinação ideológica abertamente religiosa que a milícia representava. A radicalização do grupo e sua retórica anti xiita agravou o desdém de grande parte da comunidade sunita, que juntamente com o governo iraquiano e os EUA passaram a considerar a AQI uma forte ameaça à segurança. Em 2006, o governo iraquiano mobilizou tribos sunitas contra a Al-Qaeda, no que ficou conhecido como O Despertar de Anbar. Pouco a pouco a organização foi sendo esfacelada e marginalizada dentro do Iraque, sem, no entanto, desaparecer. Quando o conflito na Síria começa a ganhar contornos sectários, esses remanescentes da AQI ganham uma nova oportunidade de agir. (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Em 2012, a Al-Qaeda adentra na guerra síria, inicialmente através do apoio a organização Frente al-Nusra (Jabhat al-Nusra, JN) que reivindicava a queda de Assad e o estabelecimento de um Estado islâmico na Síria. Com uma ampla experiência em liderança, recrutamento e combate, a milícia se impõe como uma importante força de oposição. O profundo apelo da Al-Qaeda pela proteção dos interesses sunitas atrai fortemente o apoio de rebeldes sírios que se viam encrustados pelos ataques do governo sírio com o apoio xiita iraniano (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

²⁶ Do original: “Religious justifications for armed conflict were presented to attract volunteers to wage jihad against the Soviet ‘atheist’ forces, and this propaganda campaign proved highly effective. Between 1979 and 1989, thousands of volunteers from across the globe flocked to Afghanistan, where they were soon indoctrinated in a Salafi worldview, funded and exported by Saudi Arabia’s Wahhabi establishment. Hence, one of the unintended outcomes of this conflict was the emergence of the Salaf jihadist movement, a transnational group of foreign fighters who had been drawn into the conflict. In the post-Afghan period, this movement spawned new, radicalized patterns of Islamic militancy directed towards regional Arab regimes and the West, chiefly the United States and its allies. Loosely affiliated and commonly denoted by the ‘al-Qaeda’ label, the Salafi-jihadist movement quickly evolved into, and remains, one of the greatest international security challenges of the twenty-first century (...)”

Uma importante liderança do AQI, Abu Bakr al-Baghdadi, vislumbrado com os avanços do JN em recrutar combatentes na Síria, cruza a fronteira em 2013 e muda o nome de sua organização para Estado Islâmico no Iraque e declara fusão com o JN, que rejeitou publicamente já que estava bem estabelecido na Síria e não queria “concorrer” com a nova organização. Um confronto entre as duas milícias pelo protagonismo no conflito sírio tem início: a liderança formal da Al-Qaeda tenta conter al-Baghdadi, que logo rompe relações com a facção e o JN e se estabelece como um ator independente sob o nome de Estado Islâmico do Iraque e Al-Sham (ISIS) em abril de 2014, e al-Baghdadi se declara o líder do Estado islâmico que prometia tomar o mundo árabe muçulmano. O ISIS alcança cada vez mais proeminência dentro da Síria e muitos combatentes do JN e de outras organizações rebeldes saem em debandada rumo à facção de al-Baghdadi (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

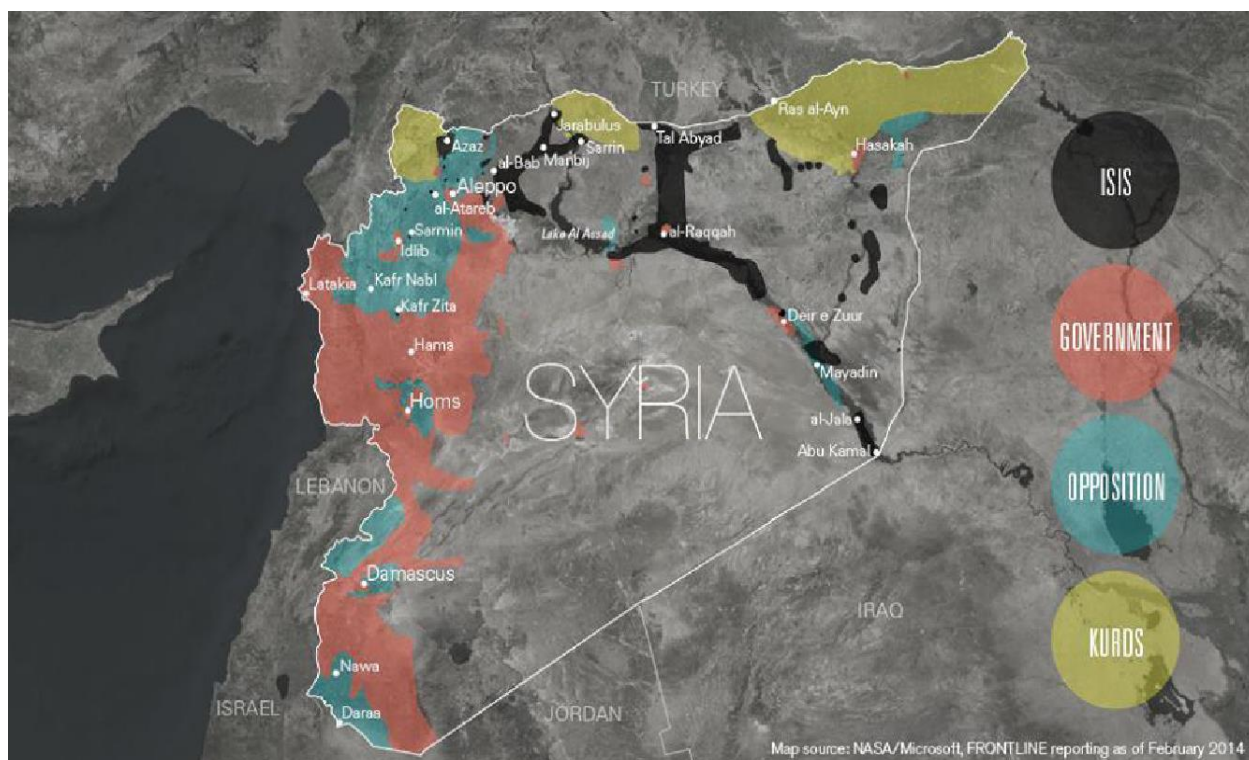
Com um forte discurso anti xiita, o ISIS e sua abordagem violenta logo se afasta dos ideais de derrubada de Assad e se volta ao estabelecimento de estruturas de governança baseadas na lei islâmica da *Sharia* nas áreas conquistadas. O ISIS recebeu voluntários do mundo todo que ajudaram a fortalecer a capacidade tática do grupo, que claramente não estava interessado em limitar-se ao conflito sírio. A milícia também recrutou territórios no Iraque e realizou ataques em toda a região, transbordando até a Turquia e a Europa. No ano seguinte, o ISIS proclama al-Baghdadi como o califa global de todos os muçulmanos e tece um apelo para que muçulmanos sunitas de todo o mundo migrassem para o “Estado” recém proclamado. Entretanto, quase a totalidade das comunidades sunitas rejeitaram o então chamado Estado Islâmico (EI), que segundo eles, possuía uma ideologia completamente incompatível com as normas islâmicas (AKBARZADEH; BAXTER, 2018).

Gradativamente, o EI conquista territórios e seus respectivos recursos naturais através de extorsões e sequestros. O domínio das mídias sociais foi fundamental para o crescimento da facção, que podia ver sua mensagem ecoar por todo o mundo, inspirando ataques terroristas (reivindicados pelo EI ou não) em diversos países, como a França, Turquia e Kuwait. A facção prospera significativamente em meio ao vácuo de poder deixado pela ausência do Estado nas regiões conquistadas por grupos rebeldes, e passa a negar qualquer proposta de negociação com quaisquer agrupamentos jihadista com o claro objetivo tornar-se um ator hegemônico no meio sunita rebelde (MCDOWALL, 2021).

Com o avanço na conquista de territórios sírios tanto pelo Estado Islâmico quanto pela Frente al-Nusra, as regiões curdas de Cizîrê e Kobane foram cercadas pelos jihadistas, que formaram um cinturão ao redor dos cantões. Em contrapartida, o YPG rapidamente consegue expulsar as facções terroristas em Cizîrê e expande o território sob o controle curdo ainda em

2013. Em novembro, o YPG consegue fazer o ISIS recuar dos arredores de Sere Kaniye, tomando o controle de aldeias curdas e aramaico-assírias nas proximidades al-Hasaka. Entretanto, os cantões de Cizêrê e Kobane continuaram isolados por um território controlado pelo EI (SCHMIDINGER, 2018).

Figura 4 – Territórios ocupados pelos diferentes atores na guerra civil da Síria



Fonte: CANTON, 2014.

A situação de Kobane se torna bastante complexa. O cantão estava totalmente cercado pelo ISIS no início de 2014 (ver Figura 4), tanto na fronteira doméstica síria quanto na fronteira com a Turquia. A facção que passou a controlar a região fronteira interrompeu o fornecimento de água e energia de cerca de 300 mil habitantes de Kobane, deixando a região em um Estado de sítio a partir de janeiro de 2014. Em julho, o denominado Estado Islâmico passa a efetuar uma grande ofensiva contra a região, capturando aldeias e vitimando muitos civis. O cantão, que estava à beira do colapso total, foi “salvo” graças a uma aliança entre voluntários turcos e a FSA, que repeliram os ataques. Ainda assim, a região sofreu com novas ofensivas do EI em setembro, quando capturaram todas as aldeias do cantão e a própria capital Kobane. As forças do YPG/YPJ travaram lutas acirradas na defesa da região, e uma enorme pressão internacional forçou a Turquia, em outubro daquele ano, a permitir a passagem de curdos vindos do Iraque

para a Síria, que juntamente com combatentes da FSA e outras milícias minoritárias, foram em socorro dos combatentes curdos que estavam cercados pelo EI. Com a visibilidade internacional do cerco de Kobane, voluntários vindos da Europa e dos Estados Unidos se juntam à defesa do cantão (SCHMIDINGER, 2018).

Em novembro, a Força Aérea americana juntamente com o YPG organizou ataques aéreos contra as instalações do EI, e a coordenação de forças aéreas (por parte dos Estados Unidos) e terrestre (por parte de YPG) foi decisiva para a vitória contra o EI em Kobane. Suprimentos de armas e munições ajudaram na escassez de material defensivo entre os combatentes. Finalmente, em janeiro e fevereiro do ano seguinte o YPG/YPJ consegue reconquistar todo o cantão. Kobane, palco de uma grande tragédia, teve toda a sua estrutura destruída, e a fronteira intransponível com a Turquia dificultou a reconstrução da cidade e o fornecimento de ajuda humanitária à população do cantão (SCHMIDINGER, 2018).

A vitória de 2015 marca uma virada na guerra para os curdos. Com a ajuda norte-americana, o YPG/YPJ vai em direção a cidade fronteiriça de Tal Abyad, que era a principal rede de abastecimento do EI na Turquia. Em junho, as forças do PYD e da FSA conseguiram restabelecer a ligação terrestre entre Cizîrê e Kobane e finalmente expulsam todo e qualquer remanescente do EI do cantão de Kobane (SCHMIDINGER, 2018).

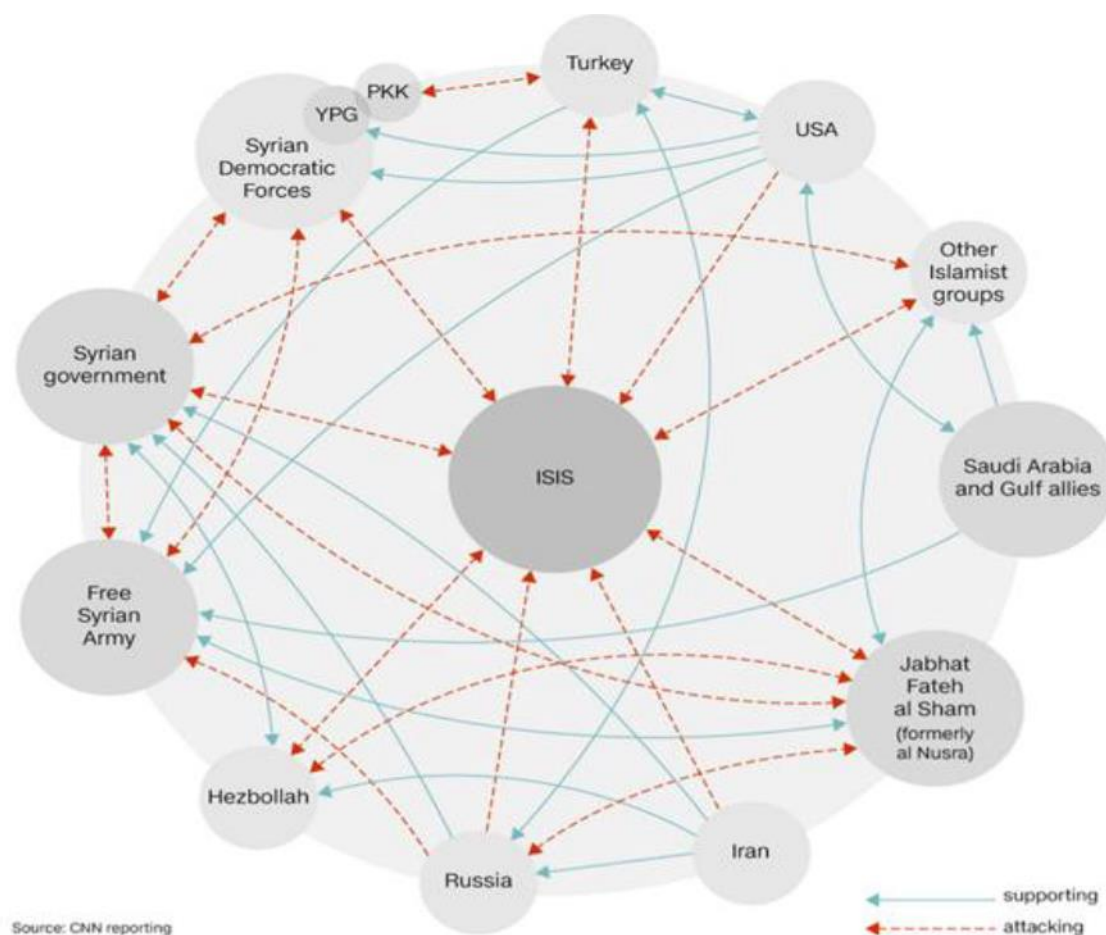
Por outro lado, a situação permaneceu razoavelmente controlada em Cizîrê, onde os curdos obtiveram o apoio de aliados árabes e cristãos-assírios, que juntamente com o YPG e a região conseguiu defender a região dos ataques terroristas. Em Efrin, o maior problema era o enclave das áreas do FSA e da região xiita de Nubl e al-Zahraa controladas pelo governo. Ademais, aqui os curdos lidavam com o avanço do domínio da Frente al-Nusra e de suas próprias estruturas paraestatais no noroeste da Síria, principalmente a partir de março de 2015. Os jihadistas sofreram forte resistência da população civil da região (SCHMIDINGER, 2018).

Diante das acusações feitas pela OTAN na Turquia que enquadravam YPG/YPJ como um braço do “PKK terrorista”, os Estados Unidos criaram uma aliança no intuito de “camuflar” sua assistência direta ao YPG/YPJ, denominada Forças Democráticas da Síria (SDF). Além das unidades curdas, o SDF incluía outras forças curdas como a Jabhat al-Akrad, o "Batalhão do Sol do Norte" turcomano, o "Exército de Revolucionários" árabe, a "Brigada dos Revolucionários de Raqqa", o Conselho Militar Siríaco, e outras unidades menores. Dessa forma, os Estados Unidos evitavam a imputação de estar privilegiando o PYD e endossava a retórica de fortalecimento das forças que eliminariam o perigoso EI. A aliança militar se mostrou bem sucedida (SCHMIDINGER, 2018). O papel central que as forças curdas

empregaram no combate ao EI ajudou significativamente a legitimidade internacional dos curdos (GUNES, 2016).

Os ideais de autonomia democrática em Rojava levou posteriormente à proclamação da Federação Democrática do Norte da Síria em 17 de março de 2016 pelas forças curdas, tornando-se oficialmente a estrutura administrativa autônoma conjunta dos três cantões curdos (SCHMIDINGER, 2018). Um complexo quadro de disputas e apoio se forma no contexto da Guerra Civil, como a Figura 5 retrata. O EI estava isolado no meio do complexo étnico da Síria e foi repellido pelos curdos, árabes sunitas e aliados de Assad. Uma luta paralela dentro da Guerra Civil desvia o foco das disputas entre o regime e os rebeldes sunitas, e as hostilidades foram postas de lado diante da ameaça comum dos grupos terroristas.

Figura 5 – O complexo quadro das forças na guerra civil da Síria



Fonte: THE INCREDIBLY, 2017.

O autogoverno curdo na Síria certamente influencia os desenvolvimentos políticos desse grupo nos “quatro cantos” do Curdistão, principalmente na Turquia, onde os laços são mais

estreitos. A revolução de Rojava fornece as bases para a construção de um consenso regional sobre os direitos curdos no nível internacional, ainda que diante a barreira da oposição de potências regionais, mais especificamente a Turquia e o Iraque. O apoio de atores internacionais que adentraram ao conflito sírio são fundamentais para o fortalecimento curdo perante seus vizinhos e decisivo para a sua consolidação enquanto um forte ator regional, sobretudo após a batalha contra o EI. Ademais a consolidação da autonomia curda é uma importante contribuição para a estabilidade duradoura na região profundamente marcada por sismos étnicos (GUNES, 2016).

2.4 O PAPEL DOS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA

A imposição do fenômeno nacionalista no Oriente Médio, que pôs fim às antigas formas de ordenamento político e jurídico autônomo que existiam no antigo Império Otomano, foi profundamente nocivo frente à população étnica e religiosamente diversa na região. Os Estados divididos artificialmente sobre os protetorados francês e britânico compartilhavam algum grau de unidade na maioria dos casos, mas não em todos, e é nesses cenários que os conflitos étnicos são mais intensos. Um dos Estados modernos que mais sofreu as consequências do modelo de Estado-nação importado do Ocidente é justamente aquele que é ponto de encontro de vários povos e religiões (e suas vertentes): a Síria. O Estado levantino multiétnico abriga além das populações árabes e curdas, também turcomanos, circassianos, gregos, armênios e judeus.

Os curdos que foram totalmente ignorados nesse processo, como McDowall (2021) destaca, se encontravam em uma organização social predominantemente tribal que não tinha desenvolvido uma cultura cívica e os demais hábitos necessários a construção de uma nação, sofreram as consequências da uniformização cultural intrínseca a consolidação do Estado (SIMPSON, 2008). Enquanto a Turquia e o Irã, por exemplo, estabeleciam com relativo sucesso sua unidade nacional baseada na consciência de sua etnicidade e religiosidade comum, a Síria não teve a mesma configuração e precisou promover uma intensa política de arabização no país.

Muita violência decorre da investida rumo à construção de um Estado. Na tentativa de formar uma unidade nacional sólida que, como defende Krasner (2001), é condição imprescindível a um ordenamento estatal eficaz e na obtenção do devido reconhecimento da autoridade e o controle efetivo sobre um território, o Estado sírio negou aos curdos (o maior grupo étnico não árabe da Síria) seus direitos de autoafirmação e a legalidade de seus movimentos e exercício político e partidário. A segregação dos curdos que se recusassem ser

assimilados tirou-lhes o direito à cidadania por vários anos, que somente foi recuperada (em partes) pelo governo de Bashar al-Assad no início da Primavera Árabe na Síria. Com isso, o Estado sírio também infringiu outra importante competência fundamental a estrutura de um Estado moderno, que é a defesa dos direitos humanos e a proteção das minorias étnicas e religiosas (GLANVILLE, 2013), ao permitir que uma minoria Alawi ditasse os rumos do país desde o início do regime Baath. O partido também foi responsável pela intensificação do conflito entre curdos e o governo, como demonstrou a continuidade do plano de cinturão árabe nas regiões curdas. A ideologia do partido Baath previa a assimilação cultural das minorias étnicas e definiram os curdos como a principal ameaça à integridade territorial da Síria. Dessa forma, afirmação do nacionalismo árabe sírio e a ideologia Baath precederam o sufocamento da minoria curda no país.

A instabilidade política síria presente desde a sua independência foi empecilho para a construção de sua legitimidade soberana, que juntamente com a segregação étnica e religiosa, estiveram latentes dentro da Síria e explodiram através da faísca da Primavera Árabe. Aqui, os manifestantes reivindicavam um Estado mais plural e democrático, onde a liberdade política fosse praticada sem a repressão estatal e a constante violação aos direitos humanos. Uma prévia do que ocorreu nos levantes de 2011 pode ser percebido na Primavera de Damasco que ocorreu na Síria pouco tempo depois da posse de Assad. Nesse contexto, os sírios reivindicavam a consolidação de uma sociedade mais democrática, um preâmbulo do que viria a ocorrer nos protestos da Primavera Árabe e que desencadearam a guerra civil inflamada pela violenta repressão do regime.

Os conflitos que irradiaram pela Síria em 2011 saíram do controle e expôs a ferida aberta da sociedade síria, essa que sofria com a falta de instituições democráticas e que era controlada por uma pequena elite Alawi (uma vertente xiita). Isso despertou o descontentamento das populações sunitas que queriam a queda do regime e da influência xiita, e também os curdos que mesmo não se aliando diretamente a nenhum desses dois polos, viu no conflito a oportunidade de lutar pela conquista de seus direitos a cidadania e respeito a língua e os costumes de sua cultura.

Com o aprofundamento dos conflitos sectários, o governo sírio vai perdendo legitimidade dentro das disputas sectárias que definem o conflito, principalmente para os curdos, que deram o primeiro passo para o desenvolvimento de sua autonomia. O sistema de cantões curdos vem como uma solução aos anos de direitos negados pelo Estado que os (des)abrigou. Partindo do pressuposto de que o que legitima a soberania interna de um Estado soberano seja, entre outros fatores, o reconhecimento das instituições políticas pelos cidadãos

(SIMPSON, 2008), podemos afirmar que a Síria é profundamente atingida pela autonomia curda conquistada em Rojava. Ao tomar os prédios administrativos do regime, seus quartéis gerais e seu sistema de fornecimento de água e energia no Curdistão sírio, o povo curdo deixa de reconhecer a autoridade do regime sobre o norte do país. A Síria é fragmentada no contexto da guerra e da conquista da autonomia de Rojava na medida em que deixa de ser a fonte máxima de poder e autoridade e passa a enfrentar de frente uma forma de poder que começa a agir internamente, o que fere a soberania segundo Lake (2008).

Com a declaração da autonomia dos três cantões curdos, Cizîrê, Efrin e Kobane, o Partido da União Democrática (PYD), não tinham em mente a formação de um Estado. Os curdos não estão interessados em limitar-se ao formato de Estado-nação, uma tendência que permaneceu retida em parte do movimento curdo que desde a era da formação dos Estados no Oriente Médio não se interessaram no modelo de organização político em voga na região, o que inclusive impediu qualquer movimento nacionalista que reivindicasse a criação do país Curdistão. Deste modo, os curdos sírios, que são profundamente influenciados pelo conceito de autonomia democrática de Abdullah Öcalan (líder do PKK), apresentam uma continuidade com pensamento curdo do século XX de promover um ideal de ordenamento político alternativo ao Estado.

O ordenamento do Estado previsto por Castro (2012), que não é compartilhado com nenhum elemento externo ou interno é profundamente afetado no contexto sírio, cujo regime já não tem mais poder sobre o Estado que formalmente mantém. As instituições estatais fragilizadas pela guerra civil não foram capazes de enfrentar a iminência da poderosa força dos grupos jihadistas que tomaram a Síria e se aproveitaram do rumo caótico que o país tomava. A autonomia democrática proposta em Rojava vai ao encontro da diversidade e a pluralidade que há na Síria, já que ela prevê a participação de qualquer um dentro dos espectros étnicos e religiosos e se impõe enquanto uma alternativa viável ao Estado centralizador e chauvinista da Síria governada pelo Partido Baath. As divisões administrativas estabelecidas em cada cantão permitem a proximidade entre os cidadãos e seu ordenamento, além de abrigar toda a diversidade de crenças e línguas que existe na região de Rojava.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, entre objetivos gerais e específicos, buscou apresentar o impacto da conquista de Rojava no Estado da Síria, que como demonstrado no transcorrer do trabalho, é profundamente frágil. A construção do Estado sírio, que sofreu sucessivos golpes e instabilidades políticas, se deu sobre um território multiétnico que permaneceu dominado pelo nacionalismo árabe e a proeminência do Partido Baath. O resultado foi uma intensa política de assimilação cultural que atingiu principalmente os curdos.

O primeiro capítulo, dividido em duas sessões, se dedicou à apreciação de conceitos centrais nas Relações Internacionais, tais como o Estado e a soberania e a um apanhado geral do povo curdo e seu status político a partir da formação dos modernos Estados do Oriente Médio. A formação histórica da ideologia de Estado, com base no texto de Adam Watson (2004), se mostrou fundamental para a compreensão dos seus aspectos modernos e contemporâneos, e também trouxe agregado os conceitos de nação e o suposto conceito de Estado-nação, muitas vezes controverso e até inconsistente. Nesse sentido, os autores Lucian Ashworth (2014) e Andreas Osiander (2001) trouxeram uma abordagem crítica acerca do desenvolvimento do Estado enquanto ator central no sistema internacional, afirmando que este não surgiu imediatamente com os Tratados de Vestfália (1648), e na verdade foi ganhando a forma que tem hoje através de evoluções importantes no que concerne ao princípio da não intervenção e a natureza do exercício da autoridade política através do aprimoramento das estruturas centralizadoras do Estado através dos séculos. A soberania, profundamente relacionada com o conceito de Estado desde a sua concepção, foi imprescindível para o entendimento das falhas de construção do conceito na história síria.

Ainda no primeiro capítulo buscou-se descrever o impasse da formação das atuais fronteiras da Turquia, Irã, Síria e Iraque sobre a região historicamente ocupada pelo povo curdo chamada de Curdistão. Foi desenvolvido um breve relato sobre a organização das sociedades curdas no antigo Império Otomano e como essa se interpôs em meio ao surgimento dos Estados modernos sobre o protetorado francês e britânico e onde as discussões de David McDowall (2021), Latif Tas (2014) e Mehran Kamrava (2005) foram imprescindíveis para o entendimento de como a ideologia do Estado-nação minou as práticas tradicionais de auto regulação no desenvolvimento de seu sistema legal.

No segundo capítulo, buscou-se através de pesquisa bibliográfica o entendimento do processo de assimilação dos curdos na Síria e o desenvolvimento de seu aparato político-partidário, social e militar com o objetivo de resistir à repressão de suas expressões culturais e

linguísticas e seu direito à cidadania. Para tanto, foi necessário discorrer sobre a história da formação do Estado sírio no intuito de expor suas fragilidades que contribuíram para o atual cenário em que se encontra o país, e o mais importante, como essa fragilidade deu vazão para a luta curda por autonomia. A ideologia do arabismo tomou conta do país, como demonstrado por C. E. Dawn (2004) e Kamrava (2005). Em seguida a posição dos curdos sob o regime sírio desde a sua formação sobre o protetorado e o início das tensões com os curdos, exposto por Zisser (2014) até a chegada de Hafez al-Assad ao poder e a implementação das políticas de assimilação cultural promovidas pelo Partido Baath e que afetaram profundamente as populações curdas, como pontuado por Thomas Schmidinger (2008).

No século XXI, os curdos sírios foram fortalecendo seu contato com os curdos iraquianos, que haviam estabelecido a sua própria autonomia no Iraque: o Governo Regional do Curdistão Iraquiano (KRG), em 2003. Como consequência, o governo sírio, com receio de que o país se tornasse a próxima "vítima" da autonomia curda, intensifica a repressão aos protestos curdos, além de sufocar os protestos populares que reivindicavam uma abertura democrática no país como exposto Schmidinger (2008) e McDowall (2021). Esse aumento da repressão do Estado é responsável pela radicalização dos movimentos curdos que partem para o desenvolvimento do Partido da União Democrática (PYD), composto por ex-combatentes do PKK e formado majoritariamente por jovens insatisfeitos com os partidos tradicionais (MCDOWALL, 2021).

Em seguida, foi explorado o início das agitações que levaram à guerra civil, resultado da Primavera Árabe que incendiou quase a totalidade do Oriente Médio, como demonstrado por Shahram Akbarzadeh e Kylie Baxter (2018). Seus desdobramentos, como o cisma étnico e religioso entre sunitas e a minorias xiita Alawi que governa a Síria, e a formação de um ambiente fértil para a consolidação do grupo jihadista Estado Islâmico, formaram ao mesmo tempo pano de fundo da luta curda pela conquista de Rojava e um de seus maiores desafios. A ideia de autonomia democrática que culminou na formação da Federação Democrática do Norte da Síria em 17 de março de 2016 foi detalhada através do exame do documento "Canton Based Democratic Autonomy of Rojava" publicado no Congresso Nacional Curdo (KNK) de 2014, que descrevia a proposta como uma forma alternativa de governo que não tinha o objetivo de formar um Estado curdo e nem de atentar contra o Estado da Síria, e sim objetivava uma forma de administração local onde os curdos fossem protagonistas de suas agendas e exercessem sua participação ativa na construção de uma democracia.

As dificuldades impostas na construção do Estado-nação da Síria são percebidas tanto por sua estrutura profundamente frágil decorrente dos sucessivos conflitos por protagonismo

na cena política e golpes militares, quanto pelo processo artificial de homogeneização da população que reside nos territórios sírios sobre a bandeira do arabismo e da ideologia Baath de homogeneização etnolinguística. Tendo em vista esses moldes, o processo de construção da nação síria foi responsável pela violência sistemática contra o povo curdo no país levantino. Entretanto, o contato com seus irmãos iraquianos e turcos e a crescente consciência cívica da população curda possibilitou o fortalecimento dos movimentos por direitos e reconhecimento liderados pelos tradicionais partidos derivados do KDPS e o irreverente PKK. Os curdos se apoiaram na bandeira da autonomia democrática como uma forma de superar todos os anos de repressão e negação de direitos, impactando a frágil soberania interna da Síria.

Na primeira década do século XXI, as alianças entre a Síria e a Turquia contra os curdos foram enfraquecidas pelas dificuldades que enfrentavam internamente, principalmente a Síria após a Primavera Árabe. Com um sistema falido pelos conflitos sectários, o país não foi capaz de deter o subsistema curdo formado em Rojava, que foi se fortalecendo na medida em que ganhava reconhecimento internacional pelos sucessos na luta contra o Estado Islâmico. Assim, os conceitos das Relações Internacionais se entrelaçam com as histórias locais e os interesses gerais, especialmente das grandes potências e outros atores transnacionais, em conflitos como o do Síria, o que os coloca sempre em posição de constante debate.

REFERÊNCIAS

AKBARZADEH, Shahram; BAXTER, Kylie. **Middle East politics and international relations: crisis zone**. London and New York: Routledge, 2018.

AMARILYO, Eli. The Dual Relationship between Kurdish Tribalism and Nationalism. *In*: BENGIO, Ofra (ed.). **Kurdish Awakening: Nation Building in a Fragmented Homeland**. Austin, TX: University of Texas Press, 2014. p. 63-79.

AMOROSI, Lucia. Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão. **Cadernos Pagu**, n° 56, 2019.

ASHWORTH, Lucian M. **A History of International Thought: From the origins of the modern state to academic international relations**. 1st. ed. New York: Routledge, 2014.

BIANCHI, Giorgio. Verbete “Chauvinismo”. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 163.

CANTON Based Democratic Autonomy of Rojava. Kurdistan National Congress (KNK), Mai. 2014. Disponível em: <https://www.peaceinkurdistancampaign.com/resources/kurdish-national-congress-knk/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CIPRUT, Jose V. The Kurds: Neither the Twin of Palestine nor the Clone of Israel. **BESA Center Perspectives Paper**, n° 624, 23 out 2017.

DAWN, C. E. “The foreign policy of Syria”. *In*: BROWN, L. C. (ed.). **Diplomacy in the Middle East: the international relations of regional and outside powers**. New York: I.B. Taurius, 2004, p. 159-178.

ELDEN, Stuart. Why is the world divided territorially? *In*: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja (Org.). **Global Politics: A new introduction**. 2 ed. Nova York, NY: Routledge, 2014. p. 220-244.

GHOTME, Rafat Ahmed Ghotme; GARZÓN, Ingrid Viviana Garzón; ORTIZ, Paola Andrea Cifuentes. Las relaciones internacionales de la guerra civil siria a partir de un enfoque regional: hegemonía y equilibrio en Medio Oriente. **Estudios Políticos**, Medellín, n° 46, p. 13-32, jan-jun 2015.

GLANVILLE, Luke. The Myth of “Traditional” Sovereignty. **International Studies Quarterly**, p. 79-90, 2013.

GRIFFITHS, Martin; O’CALLAGHAN, Terry; ROACH, Steven C. **International relations: the key concepts**. 2^a ed. New York: Routledge, 2008.

GUNES, Cengiz. The importance of Rojava-North Syria for the PKK. **The London School of Economics and Political Science (LSE)**, Londres, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2016/08/31/the-importance-of-rojava-north-syria-for-the-pkk/>.

Acesso em: 03 nov. 2021

HARAN, VP. Roots of the Syrian Crisis. **IPCS Special Report**, Nova Deli, nº181, mar. 2016.

JONGERDEN, Joost; AKKAYA, Ahmet Hamdi. Kurds and the PKK. **Research Gate**, jan 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/289529630_Kurds_and_the_PKK. Acesso em: 25/05/2021.

KAMRAVA, Mehran. **The modern Middle East: a political history since the First World War**. Berkeley: University of California Press, 2005

KAYA, Zeynep; WHITING, Matthew. Sowing Division: Kurds in the Syrian War. **Middle East Policy**, v. 24, nº 1, p. 79-91, 2017.

KRASNER, Stephen. Rethinking the sovereign state model. **Review of International Studies**, v. 27, p.17-42, 2001.

LAKE, David A. The State and International Relations. *In*: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Org.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Nova York, NY: Oxford University Press Inc., 2008. p. 41-62.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: Teoria e História**. Saraiva Editora, 2004.

MCDOWALL, David. **A Modern History of the Kurds**. 4ªed. Londres: I.B. Tauris, 2021.

MUSCHIK, Eva-Maria. Managing the world: the United Nations, decolonization, and the strange triumph of state sovereignty in the 1950s and 1960s. **Journal of Global History**, v.13. p.121-144, 2018.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NEUBERGER, Benyamin. Kurdish Nationalism in Comparative Perspective. *In*: BENGIO, Ofra (ed.). **Kurdish Awakening: Nation Building in a Fragmented Homeland**. Austin, TX: University of Texas Press, 2014. p. 15-35.

O'LEARY, Brendan. The Kurds, the Four Wolves, and the Great Powers. **The Journal of Politics**, v. 80, nº 1, 17 Dez. 2017.

OSIANDER, Andreas. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. **International Organization**, v. 55, nº 2, p. 251-287, 2001.

O QUE é o jihadismo? **BBC News**, 14 dez 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc. Acesso em: 26 nov. 2021.

RAMOS, João Guilherme Benetti. **Estado Nação em perspectiva: sua construção no Oriente Médio e perspectivas no atual momento do Sistema Mundo**. Tese (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 66 p., 2019.

ROMANO, David. **The Kurdish Nationalist Movement**. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

SCHMIDINGER, Thomas. **Rojava Revolution, War and the Future of Syria's Kurds**. 1^oed. Londres: Pluto Press, 2018.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. 2^aed. Barueri, SP: Manole, 2013.

SIMPSON, Archie. Nations and States. *In*: SALMON, Trevor C.; IMBER, Mark F. (Org.) **Issues in International Relations**. 2nd. ed. New York, NY: Routledge, 2008. p. 46-60.

SYRIAN Civil War Map & Timeline: Kurds Enter "Islamic State" Capital - June 2017. Political Geography Now, jun. 2017. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2017/06/latest-on-syria-war-news-map.html>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SYRIA (Rojava or Western Kurdistan). **The Kurdish Project**, s.a. Disponível em: <https://thekurdishproject.org/kurdistan-map/syrian-kurdistan/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

TAS, Latif. The Myth of the Ottoman Millet System: Its Treatment of Kurds and a Discussion of Territorial and Non-Territorial Autonomy. **International journal on minority and group rights**, v. 21, out. 2014.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WILGENBURG, Wladimir van. Dissecting the YPG: Operations and Strategies as the Defender of Rojava. **The London School of Economics and Political Science (LSE)**, Londres, 26 ago. 2016. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2016/08/26/dissecting-the-ypg-operations-and-strategies-as-the-defender-of-rojava/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

WOODS, Ngaire. The Uses of Theory in the Study of International Relations. *In*: ____ (ed.). **Explaining International Relations Since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 9-31.

ZISSER, Eyal. The Kurds in Syria: Caught between the Struggle for Civil Equality and the Search for National Identity. *In*: BENGIO, Ofra (ed.). **Kurdish Awakening: Nation Building in a Fragmented Homeland**. Austin, TX: University of Texas Press, 2014. p. 193-213.

RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE

ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante GABRIELA LOPES GOULART do Curso de Relações Internacionais matrícula 20181004301201, telefone: 62 99690-3832, e-mail: gabbelopes.99@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ESTADO, SOBERANIA E OS CURDOS NA GUERRA CIVIL DA SÍRIA, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de dezembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo da autora: Gabriela Lopes Goulart

Assinatura do professor-orientador:



Nome completo do professor-orientador: Danillo Alarcon